AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 44 | Nº 01 | JANEIRO 2024



COP 28

VEJA OS PRINCIPAIS RESULTADOS DA CONFERÊNCIA

AGRICULTURA TROPICAL

NÃO É PRECISO DIMINUIR CONSUMO PARA REDUZIR EMISSÕES

MERCADO DE CARBONO NO BRASIL

REGULAMENTAÇÃO PRECISA SER ESPECÍFICA E DELIMITADA

FGV | CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

PREÇOS EM 2024 TENDÊNCIAS PARA MILHO, SOJA, BOI, FERTILIZANTES, DÓLAR E JUROS

BRASIL X ALEMANHA COMPARAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA DO AGRO

CANA-DE-AÇÚCAR SAFRA 2023/24 É A MAIOR DA HISTÓRIA DO CENTRO-SUL



FGV IN COMPANY

SOLUÇÕES EFETIVAS E IMEDIATAS PARA DESAFIOS CONCRETOS DO AGRONEGÓCIO.

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa acompanhar as mudanças da sociedade. Para isso, a **FGV In Company** desenvolve os *Power Skills* das futuras lideranças desse mercado.

É um programa específico de orientação das habilidades técnicas e comportamentais, que mostra seus impactos no desempenho profissional e na gestão da carreira dos colaboradores, a partir das novas ferramentas digitais, com o propósito de uma formação de líderes completos e de articulações estratégicas.

Conte com os melhores resultados para sua organização.

FGV IN COMPANY

ENTRE EM CONTATO E SAIBA MAIS:

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (Licenciado)
Vogais: Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Willy Otto Jordan Neto

CONSELHO CURADOR
Presidente: João Alfredo Dias Lins (Presidente em exercício)
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela), Souza Cruz S/A (Jorge Irribarra)
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Monteiro Aranha Participações S.A., Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Ricardo Gattass, Sul América Companhia Nacional de Seguros (Patrick de Larragoiti Lucas)

Diretor da FGV IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Guilherme Bastos, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues, Sérgio Bortolozzo e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editores-executivos: Evandro Faulin e Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Coordenação de Produção: Karina Souza
Capa: Isabella Lima e Marcela Pereira Lima
Arte e Diagramação: Alexandre Monteiro
Revisão e Edição Textual: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Ana Caroline Teshima
Publicidade/Comercial: Ana Caroline Teshima

Av. Paulista , 542 - 3º andar | São Paulo, SP
Tel.: (11) 3799-3645

agroanalysis@fgv.br

Leia as edições anteriores da ***Agroanalysis***:

PATROCÍNIO

ABIOVE
Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

BASF
We create chemistry

abag

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

NÃO É PRECISO CONSUMIR MENOS CARNE

NA VIRADA do ano, a ***Agroanalysis*** observa que as principais ações do Governo se mostraram mais positivas do que a narrativa do poder Executivo. A exemplo, destacam-se avanços na área fiscal, incluindo o arcabouço e a reforma tributária, nos quais o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, superou o núcleo duro do PT. Esses progressos refletem a redução dos juros, a estabilização da inflação e o controle do câmbio. Em comparação às projeções pessimistas do boletim Focus no final de 2022, a realidade mostrou-se mais favorável. Internacionalmente, o Brasil recuperou a sua posição de respeito nas questões cruciais da sustentabilidade. Embora este ano apresente desafios, especialmente com os efeitos do El Niño, não se prenuncia como um desastre.

No fim de 2023, foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) sobre a regulação do mercado de carbono brasileiro, que, agora, segue para o Senado Federal. Chamando a atenção pela ampla abrangência e pela falta de foco, o PL é comparado, na análise do coordenador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV), aos exemplos de mercado de carbono na Europa, na China, na Califórnia e na Austrália. No caso brasileiro, a linha de corte genérica deve ser substituída por um critério específico que liste instalações pontuais e, a partir daí, deve-se criar um regime regulatório direcionado e rigoroso, além de uma infraestrutura nacional que registre os créditos de carbono.

Na linha da sustentabilidade, a 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 28/UNFCCC, nas siglas em inglês), recém-terminada, gerou expectativas e frustrações, mas revelou pontos de esperança, destacando os esforços para a redução de emissões. O evento ressaltou a necessidade de investimentos financeiros na transição para uma economia de baixo carbono, porém sem definir como esses recursos chegarão aos produtores. Destaca-se a mobilização de US$ 83 bilhões em investimentos voltados para áreas como pecuária de baixo carbono e segurança alimentar. No entanto, persiste a incerteza sobre a concretização desses anúncios para os produtores rurais. A falta de comprometimento de países grandes produtores e consumidores de petróleo em abandonarem os combustíveis fósseis é um desafio, embora a COP tenha tratado sobre a necessidade de reduzir suas emissões.

A iminente COP 30 no Brasil, em 2025, oferece a oportunidade de fortalecer práticas sustentáveis e evidenciar o papel da agropecuária como uma parte da solução para as mudanças climáticas. Nesse sentido, a ***Agroanalysis*** traz um artigo que mostra como a pecuária tropical, gerida com sistemas integrados e melhorias na produção, pode ser uma aliada na mitigação das mudanças climáticas e na oferta de alimentos para uma população crescente. Sistemas integrados e práticas sustentáveis mostram que intensificar a produção, em vez de simplesmente reduzi-la, pode ser mais eficaz para reduzir as emissões. Essa abordagem desafia a visão simplista de redução do consumo de carne, destacando a eficiência dos sistemas produtivos tropicais na mitigação climática. Vale destacar que, no modelo atual de produção, em 2022, a produção agropecuária brasileira contribuiu com 0,64% das emissões mundiais.

Esta edição analisa, ainda, o contexto agrícola da Alemanha e do Brasil, destacando os desafios comuns e específicos de cada país. A gestão sustentável da vasta extensão de terras brasileiras é desafiadora, exigindo uma conciliação entre aumento da produção e preservação de ecossistemas, enquanto a Alemanha enfrenta desafios de modernização e sustentabilidade. Ambos os países compartilham a complexidade de gerenciar transformações agrícolas, com políticas cruciais para equilibrar produção e preservação ambiental. A análise compara populações rurais, economias e estratégias de desenvolvimento, visando obter perspectivas colaborativas para aprimorar a eficiência e a inovação na agricultura.

Por fim, apresentamos artigos que abordam as perspectivas para 2024 dos mercados de milho, soja, boi gordo, cana-de-açúcar e fertilizantes, além de projeções para o dólar e a taxa de juros. ■

04 EDITORIAL

07 FRASES & COMENTÁRIOS

08 AGRODROPS

13 MERCADOS & NEGÓCIOS

13 O PAPEL DO AGRO NA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2023

15 CAPA CANA-DE-AÇÚCAR: SAFRA 2023/24 É A MAIOR DA HISTÓRIA DO CENTRO-SUL

18 BOI, FRANGO E SUÍNO: EXPECTATIVAS PARA 2024

20 CAPA DESAFIOS COMPARTILHADOS NA AGRICULTURA: VISÕES NA ALEMANHA E NO BRASIL

22 CAPA 2023 *VERSUS* 2024: MILHO, SOJA, BOI, FERTILIZANTES, DÓLAR E JUROS

27 SUSTENTABILIDADE

27 CAPA MERCADO DE CARBONO NO BRASIL: POR UMA REGULAÇÃO ESPECÍFICA E DELIMITADA

30 CAPA PECUÁRIA TROPICAL: INTENSIFICAR É MAIS EFICIENTE DO QUE REDUZIR

33 CAPA RESULTADOS DA COP 28 E REPERCUSSÕES NO BRASIL

36



COOXUPÉ
MARCA DE CAFÉS DA COOXUPÉ É A PRIMEIRA E ÚNICA DO BRASIL A TER CERTIFICAÇÃO E SELO DA ABIC PARA ESPECIAIS

38



ABIOVE
INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÓLEOS VEGETAIS: QUATRO DÉCADAS DE SUCESSO

45 PRODUZIR
O SALDO DA COP PARA A AGROPECUÁRIA DO BRASIL

46 OPINIÃO
O AGRO PAULISTA NA COP 28

47 REFLEXÃO
IDEOLOGIA


Crédito da imagem: Getty Images
Conhecer
faz diferença.
itaú BBA

FRASES & COMENTÁRIOS

"[Na 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 28/UNFCCC, nas siglas em inglês),] Os países concordaram com compromissos para triplicar a capacidade de energias renováveis e dobrar a eficiência energética até 2030."

"Os esforços devem ser consistentes com o objetivo de atingir zero emissões líquidas globais até 2050 e a meta de limitar o aquecimento global a 1,5 °C."

ANTÓNIO GUTERRES, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU)

"Apresentamos um plano de ação sólido para equilibrar as emissões de gases do efeito estufa (GEE), construído sobre bases comuns e de plena inclusão."

"Neste momento, o mundo muda de rumo e começa pressionar as fontes esmagadoras das emissões que aquecem o nosso Planeta: carvão, petróleo e gás."

SULTÃO AHMED AL JABER, presidente da COP 28

"Entre as lideranças, há consciência clara de o primeiro setor afetado pelas mudanças climáticas ser o agronegócio, sem nenhum interesse sobre essa alteração."

"Na transição para a economia verde, a pergunta de como o setor agrícola se adaptará poucos países conseguiram responder – se é que algum conseguiu."

ROBERTO AZEVÊDO, ex-diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) e presidente da Iniciativa Internacional para o Agronegócio Brasileiro

"Na questão da agricultura sustentável mundial, o papel do Brasil destaca-se pelo grande potencial no sequestro de carbono, com melhor produção no mesmo espaço."

"A área de produção do Cerrado brasileiro passou de imprópria para uma das principais regiões viáveis do País, um exemplo de capacidade produtiva."

"O Brasil pode aprimorar sua produtividade de alimentos e energia com tecnologias da agricultura de precisão e irrigação, preservando o solo e melhorando a infraestrutura."

RATTAN LAL, líder do Centro de Gerenciamento e Sequestro de Carbono (C-MASC, na sigla em inglês), da Universidade Estadual de Ohio, e vencedor do Prêmio Mundial da Alimentação em 2020

"



ESTEVAM/PALÁCIO DO PLANALTO

Cada vez mais, o senso de urgência toma conta da comunidade internacional nas questões relacionadas às mudanças climáticas."

"O mundo aproxima-se do aumento da temperatura global no limite de 1,5 °C, patamar limítrofe para evitar um cenário catastrófico para o Planeta."

"Com forte mudança de percepção da urgência, as discussões e acordos nas COPs vão se convertendo em ações efetivas."

ANDRÉ CORRÊA DO LAGO, secretário da Secretaria de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e negociador-chefe da delegação do Brasil na COP 28

PIB DO BRASIL EM 2023 FOI IMPULSIONADO PELA EXPANSÃO DA AGROPECUÁRIA

A coordenadora de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rebeca Palis, destaca que a expansão do setor agropecuário foi o principal impulsionador do crescimento de 2% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no terceiro trimestre de 2023. Esse setor registrou uma notável variação de 8,8% em comparação ao mesmo período do ano anterior. O cenário de crescimento expressivo foi alimentado pelo desempenho destacado das safras de milho (19,5%), cana-de-açúcar (13,1%), algodão herbáceo (12,5%) e café (6,9%), combinado a um impacto positivo sobre a pecuária.

ALTAS TEMPERATURAS E CHUVAS IMPACTAM POSITIVAMENTE A SAFRA DE ABACAXI

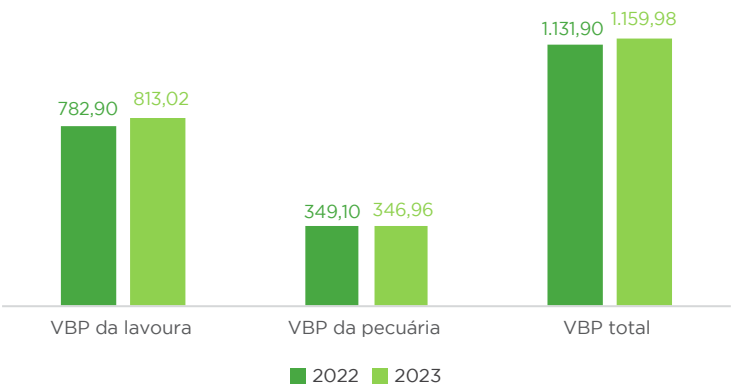
O ano passado testemunhou um importante avanço na produção de frutas, devido ao clima quente e úmido, com chuvas generosas e temperaturas elevadas, favorecendo significativamente o desenvolvimento das plantas em comparação ao ano anterior. Além disso, os produtores adotaram estratégias adaptativas, ajustando o método de plantio para reduzir o espaço entre as plantas e entre as fileiras. Essa modificação resultou no aumento da densidade de plantio, culminando em um maior número de frutos colhidos por hectare.

Segundo os dados fornecidos pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), a região noroeste paulista destacou-se como a área de maior alcance produtivo de abacaxi no estado de São Paulo. Em 2022, essa região alcançou a impressionante marca de mais de 66 mil toneladas, representando cerca de 85% da produção total da fruta no estado. Assim, as expectativas para a safra de 2023 são otimistas, sugerindo um crescimento contínuo nesse cenário produtivo. Esses resultados destacam não apenas a influência positiva das condições climáticas favoráveis, mas também a habilidade dos produtores em implementarem práticas inovadoras para otimizar a produção de frutas na região noroeste paulista.

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO ATINGE RECORDE EM 2023

O Valor Bruto da Produção (VBP), divulgado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), deve ser recorde em 2023 (obtido com base nas informações até novembro) ao alcançar R$ 1,159 trilhão – o equivalente a um crescimento de 2,5% frente ao ano anterior (R$ 1,131 trilhão). A pecuária é estimada com uma redução de 0,6% em relação a 2022, enquanto a produção de lavouras apresenta um valor com crescimento de 3,8%, visto que atingiu R$ 813,0 bilhões. Entre as principais contribuições para o VBP, temos: mandioca (43,6%), cacau (26,3%), uva (19,6%), laranja (19,4%), amendoim (18,7%), cana-de-açúcar (17,6%), banana (15,5%) e soja (2,5%). Todas essas, juntas, representam 65,6% do faturamento das lavouras.

VBP DA LAVOURA, DA PECUÁRIA E DA AGROPECUÁRIA (R$ BILHÕES)



Fonte: MAPA

ACORDO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES DE CARBONO NA COP 28

Durante a 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 28/UNFCCC, nas siglas em inglês), realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, representantes das indústrias de cana-de-açúcar e bioenergia, papel e celulose, mineração, petróleo e gás uniram esforços para formar um compromisso crucial visando à redução das emissões de carbono. Esse notável acordo, selado entre a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) e a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), destaca, entre os seus principais objetivos, a urgente necessidade de aprimorar o desempenho energético nas operações desses setores. Além disso, o acordo promove ativamente a adoção de alternativas mais eficientes, enquanto estabelece um compromisso sólido para a implementação efetiva da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e o fortalecimento do mercado de crédito de carbono. Essa união estratégica representa um passo significativo em direção a práticas industriais sustentáveis e uma contribuição importante para os esforços globais de combate às mudanças climáticas.

AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES DE FRUTAS DO BRASIL

Os desafios climáticos enfrentados pelo Peru, pelo Equador e pela Espanha têm gerado impactos significativos sobre a produção de frutas, resultando em uma reviravolta positiva para as exportações do setor no Brasil, que atingiram a impressionante marca de US$ 1,08 bilhão entre janeiro e novembro de 2023. A expectativa é de que o volume exportado ao longo de 2023 ultrapasse o recorde de 2021 – que totalizou US$ 1,10 bilhão –, dado o crescimento significativo de 30,4% registrado até novembro em comparação ao mesmo período do ano anterior.

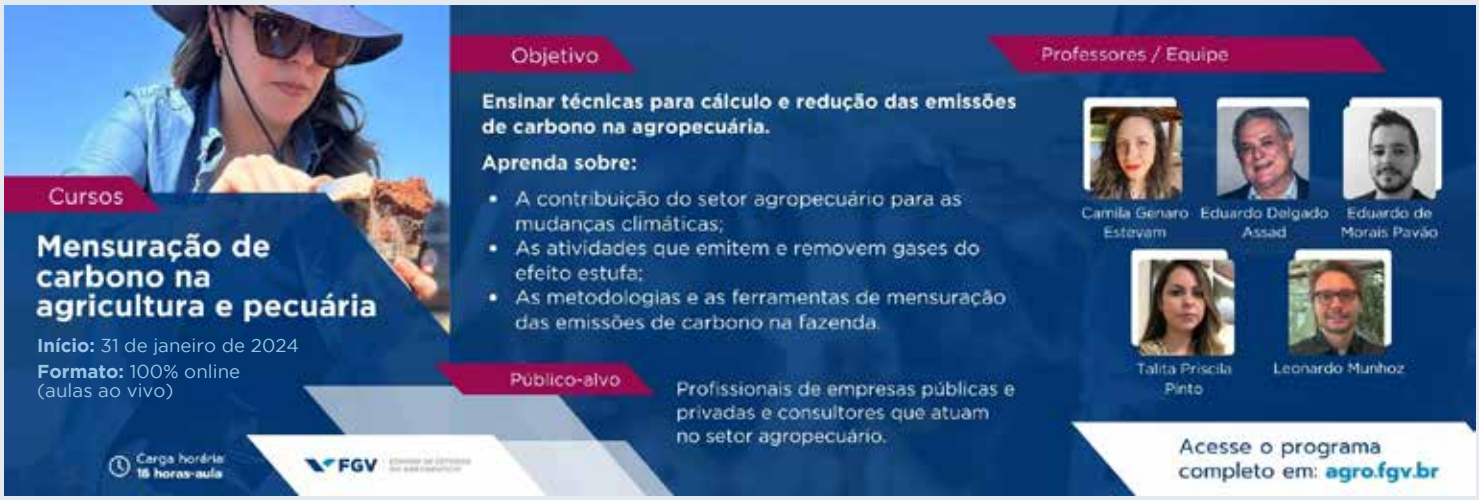
Os dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) revelam um aumento expressivo no volume exportado de frutas frescas, alcançando 940,9 mil toneladas entre janeiro e novembro do ano passado, representando um aumento de 11,9% em relação ao mesmo intervalo de 2022. Essa ascensão nas exportações brasileiras de frutas evidencia a capacidade adaptativa do País diante das adversidades climáticas enfrentadas por outros grandes produtores, consolidando a sua posição como um importante *player* no mercado internacional de frutas e, assim, contribuindo para o fortalecimento da economia brasileira no âmbito global.

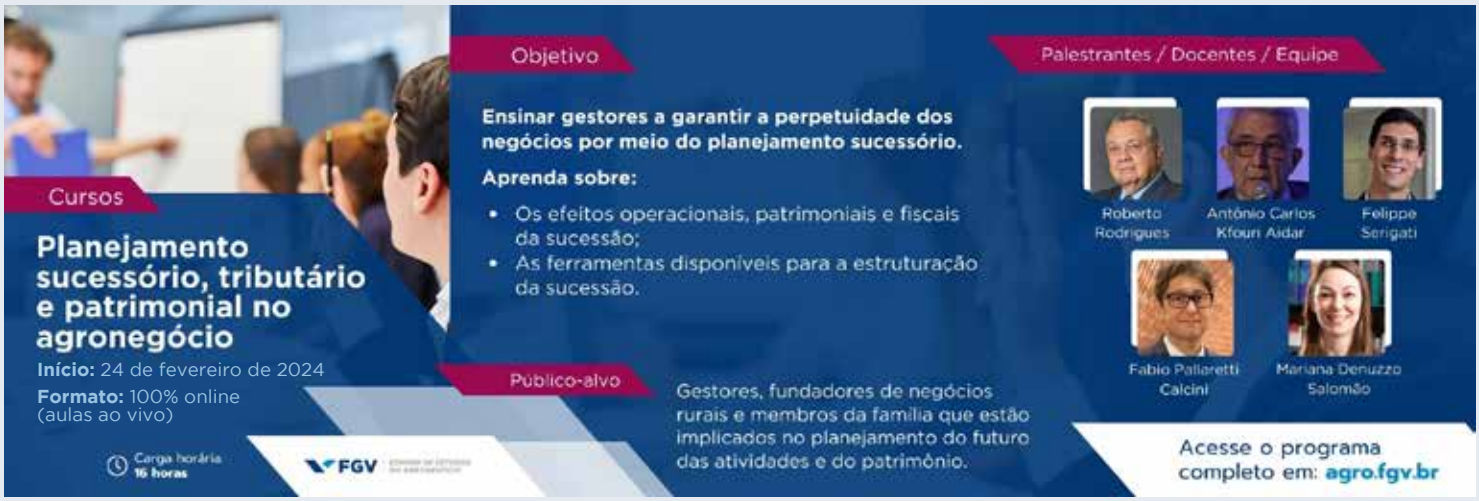
ACESSE O NOSSO SITE PARA LER AS EDIÇÕES DA **AGROANALYSIS** GRATUITAMENTE: **AGRO.FGV.BR**

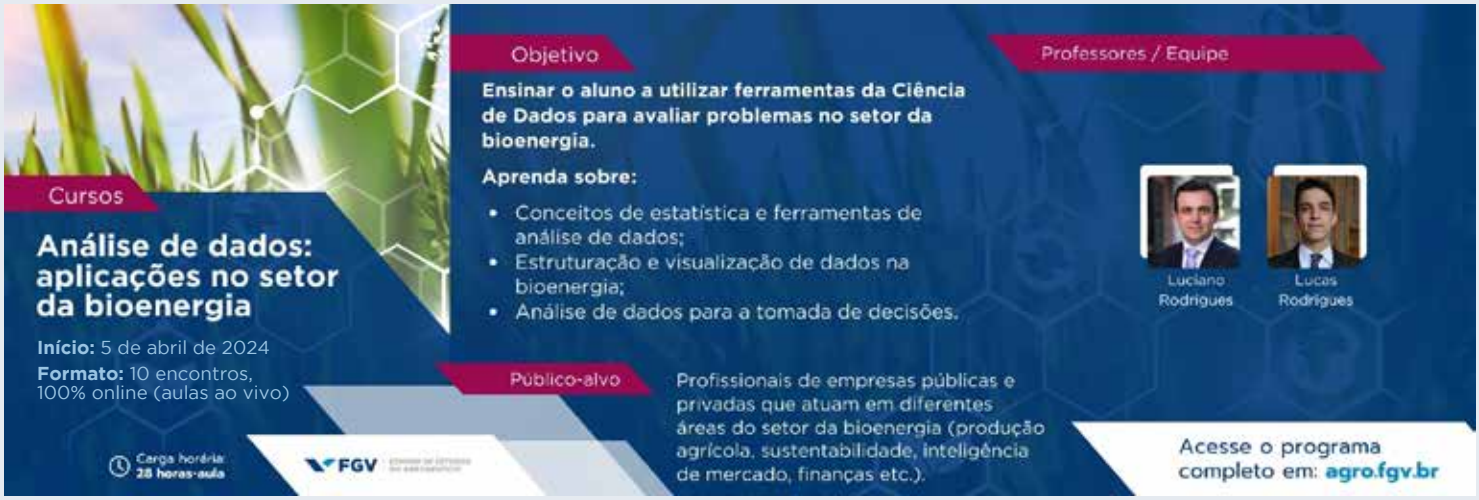
A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS IMPORTANTES VEÍCULOS FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO.**



SÃO MAIS DE **40 ANOS NO MERCADO** GARANTINDO A **QUALIDADE DA INFORMAÇÃO** QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!







Os três cursos têm vagas limitadas. Para se inscrever e ter mais informações, você pode acessar o link **https://agro.fgv.br/cursos** ou o QR *code* a seguir:

OCBIO NA COP 28

De 30 de novembro a 12 de dezembro últimos, aconteceu em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, a COP 28, e o Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia (OCBio/FGV) acompanhou de perto as discussões e as negociações acerca dos principais temas da agenda climática global.

Presentes no evento, Daniel Vargas, coordenador do OCBio, e Angelo Gurgel, pesquisador do OCBio, integraram diversos painéis e debates. Gurgel participou de um painel no Pavilhão da Indústria Brasileira, organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que abordou os combustíveis sustentáveis de aviação (SAFs, na sigla em inglês), as estratégias de descarbonização do setor, além do potencial brasileiro na produção desse combustível. Em 10 de dezembro, dia temático dos sistemas agroalimentares, Vargas integrou um painel organizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pela CNI sobre o cenário internacional e a descarbonização do uso da terra, com participação de Carlos Eduardo Cerri, da Esalq/USP, Eduardo Bastos, da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Grazielle Parenti, da Syngenta, e moderação do embaixador Roberto Azevêdo.

Acesse as análises de Daniel Vargas sobre as discussões da COP 28 por meio dos QR *codes* a seguir:

REPORTAGEM DO AGROMAIS FOCA O EVENTO DO ITAÚ BBA E DO FGV AGRO

O Canal AgroMais realizou uma reportagem sobre o estudo do OCBio "Quantificação das emissões de GEE no setor agropecuário: fatores de emissão, métricas e metodologias" e sobre o evento de lançamento de tal estudo realizado pelo Itaú BBA em parceria com o Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro).

Eduardo Assad, Camila Estevam e Eduardo Pavão, autores do estudo, reafirmaram a necessidade de avanços metodológicos em relação à mensuração tropicalizada para o cálculo de emissões no agronegócio brasileiro. Os pesquisadores discorreram, ainda, sobre os desafios associados ao cálculo preciso das emissões nos principais setores produtivos levando em consideração a realidade do Brasil e destacaram a necessidade de criação de uma "régua brasileira" de cálculo.

Acesse a reportagem completa por meio do QR *code* a seguir:

COP 28: PAÍSES DECIDEM ELIMINAR FÓSSEIS, MAS SEM AVANÇOS CONCRETOS E GARANTIAS

Em artigo para o Money Times, Leonardo Munhoz, advogado e pesquisador do OCBio, comentou sobre os destaques da COP 28, a saber, debates sobre financiamento climático, mecanismo global de carbono e sistemas agroalimentares.

Acesse o artigo na íntegra por meio do QR *code* a seguir:

AGROINDÚSTRIA REDUZ PERDAS, MAS AINDA NÃO ATINGE TERRENO POSITIVO

De acordo com o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), do FGV Agro, a produção agroindustrial apresentou uma expansão de 2,5% em setembro de 2023 em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando um progresso positivo. Essa melhora foi impulsionada, exclusivamente, pelo crescimento de 5,8% no segmento de produtos alimentícios e bebidas, uma vez que o segmento de produtos não alimentícios contraiu novamente, em -1,3%.

Mesmo reduzindo as perdas acumuladas no ano passado, deve-se ressaltar que a agroindústria ainda precisa crescer acima de 0,71% na relação entre outubro último e outubro de 2022 para sair do negativo.

Em setembro último, o segmento de produtos alimentícios e bebidas destacou-se ao apresentar um crescimento de 5,8%, representando a oitava alta interanual do ano. Essa expansão foi impulsionada, principalmente, pelo setor de produtos alimentícios, que cresceu 6,7%. O setor de bebidas também contribuiu positivamente para o resultado do segmento, mas em menor proporção, uma vez que expandiu apenas 0,7%. O destaque foi o aumento significativo na produção de alimentos de origem vegetal, puxado pelo crescimento de produtos associados ao refino de açúcar, conservas e sucos e óleos e gorduras. O setor de alimentos de origem animal também cresceu, com uma expansão liderada pela produção de carne bovina.

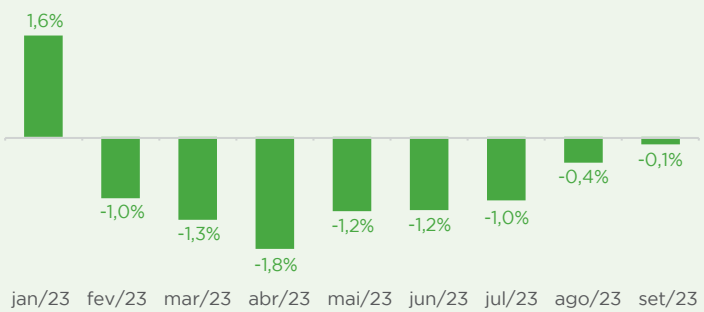
No mesmo período, o segmento de produtos não alimentícios contraiu 1,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Dentro do segmento, a exceção foi o setor de biocombustíveis, que registrou um crescimento de 15,3%, embora uma parte desse crescimento seja atribuída à baixa base de comparação de setembro de 2022 (-12,5%). A contração foi generalizada nos demais setores, com destaque para insumos agropecuários, produtos têxteis e produtos florestais. Esses setores continuam enfrentando desafios estruturais e conjunturais, como redução na demanda, concorrência estrangeira e quedas nas exportações.

Com o resultado do mês, a agroindústria conseguiu reduzir as suas perdas acumuladas no ano, passando de -0,4%, em agosto de 2023, para -0,1%, em setembro do mesmo ano. No entanto, essa queda deve-se, exclusivamente, ao segmento de produtos não alimentícios, que apresentou uma contração de 4,0%. Já o segmento de produtos alimentícios e bebidas acumulou uma alta de 3,1% no ano. É importante ressaltar que, para sair do terreno negativo, é necessário que, no próximo mês, a produção agroindustrial cresça acima de 0,71% na relação interanual (isto é, outubro de 2023 contra outubro de 2022).

Por fim, destaca-se que, de acordo com as projeções do FGV Agro, é esperado um crescimento de 0,2% para a agroindústria em 2023 em relação a 2022. Esse crescimento será impulsionado, exclusivamente, pelo segmento de produtos alimentícios e bebidas, com uma projeção de crescimento de 3,5% no seu volume de produção. Já o segmento de produtos não alimentícios deve fechar o ano com uma contração de 3,4%. Ambos os segmentos beneficiam-se do arrefecimento da inflação e de um ambiente mais favorável no mercado de trabalho, mas os desafios persistem, especialmente nos setores de insumos agropecuários, produtos têxteis e produtos florestais.

AGROINDÚSTIRA: VARIAÇÃO ACUMULADA EM 2023 FRENTE A 2022 (%)

Em 2023, o setor agroindustrial conseguiu reduzir as suas perdas acumuladas no ano, passando de -0,4%, em agosto, para -0,1%, em setembro.



Fonte: FGV Agro, com base em dados do IBGE

O PAPEL DO AGRO NA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2023

ANDRÉ DIZ[1], FELIPPE SERIGATI[2], ROBERTA POSSAMAI[3]

A consolidação de uma safra de grãos recorde encerrada em julho de 2023 mostrou-se ser um elemento preponderante para a expansão da economia ao longo do ano. Considerando que a relevância da agropecuária na economia é um assunto tratado pela Economia Agrícola já há décadas, este artigo observa o resultado positivo conquistado pelo setor no ano passado não apenas como determinante em termos de crescimento, mas também no controle da inflação e no aumento da oferta doméstica de divisas.

EM 2023, as contribuições do setor agropecuário para o bom desempenho da economia brasileira foram evidentes. De forma direta, a consolidação de uma safra recorde de grãos encerrada em julho último (322 milhões de toneladas) foi preponderante para a expansão da atividade econômica observada ao longo do ano, com os efeitos em cadeia sobre indústria e serviços decorrentes da potencialização dos resultados positivos conquistados pela produção agropecuária.

Como forma de ilustrar a relevância do desempenho da agropecuária no Produto Interno Bruto (PIB) de 2023, basta lembrar que, até o terceiro trimestre do ano, a agropecuária registrou um crescimento de 18,1% em termos reais, contra 3,2% para o PIB como um todo. Esse crescimento robusto na oferta de alimentos deve ser mantido na safra 2023/24, que, embora apresente uma estimativa menor quando comparada à safra passada (319 milhões de toneladas), deverá ser 17,0% superior à safra de grãos 2021/22 (272 milhões de toneladas).

O resultado desse forte crescimento da produção agropecuária repercute, em termos macroeconômicos, também em uma menor taxa de inflação dos alimentos.

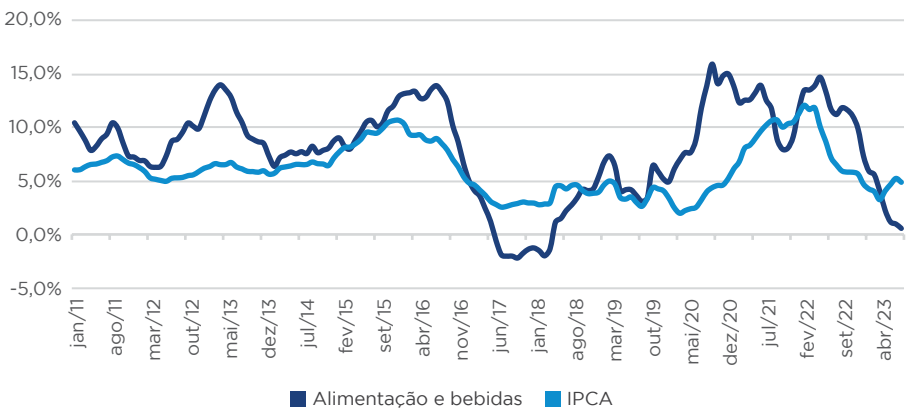
Considerando os dados até outubro último, enquanto a inflação média pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou uma alta de 4,8% em termos de variação acumulada em doze meses, o setor alimentação e bebidas apresentou uma alta de 0,9%. Assim, de forma direta, enquanto setores como saúde e cuidados pessoais (7,8%), transportes (7,5%) e habitação (5,0%) pressionam o nível geral de preços para cima, o setor alimentação e bebidas, que representa 20,9% do índice, registrou uma variação negativa dos preços entre junho e setembro, aliviando a alta da inflação.

Essa contribuição do setor agropecuário merece destaque por dois motivos principais. O primeiro é que períodos em que o setor alimentação apresenta taxas de variação inferiores ao índice "cheio" são raros, reflexo, em parte, da sua relevância dentro da composição do índice. Desde janeiro de 2011, essa dinâmica ocorreu apenas entre março de 2017 e dezembro de 2018 – movimento este que se repete, agora, a partir de junho de 2023.

O segundo motivo está na relação entre as taxas de inflação, a política monetária e o crescimento da economia. A acomodação sistemática da inflação permite ao Banco Central do Brasil (BCB) reduzir a taxa básica de juros da economia, contribuindo para uma trajetória de barateamento do custo

INFLAÇÃO: SETOR ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS *VERSUS* IPCA – VARIAÇÃO ACUMULADA EM DOZE MESES (%)

Enquanto a inflação média registrada pelo IPCA registrou uma alta de 4,8% em termos de variação acumulada em doze meses, o setor alimentação e bebidas apresentou uma alta de 0,9%.



Fonte: SIDRA/IBGE

A IMPORTÂNCIA DO AGRO NA ECONOMIA

O papel da agricultura no processo de desenvolvimento da economia brasileira é um tema recorrente da pesquisa acadêmica. O trabalho seminal de Luiz Vasconcelos – "Quadros da Produção Agrícola Brasileira (1940/1950)" –, publicado em dezembro de 1950 pela Fundação Getulio Vargas (FGV), buscava quantificar a relevância da produção agrícola na oferta final de bens e serviços do Brasil, por meio de evidências empíricas em um período inicial da formatação dos métodos de cálculo do PIB, que foram divulgados pela primeira vez apenas em 1947.

As publicações mais relevantes nas décadas subsequentes agrupavam-se em duas abordagens principais. A primeira envolvia discutir o setor agrícola como um setor retardatário quando comparado ao nascente setor industrial, sendo, portanto, um entrave ao desenvolvimento nacional. Já a segunda abordagem tratava os desafios do setor agrícola como problemas gerais enfrentados por uma economia "iniciando a arrancada para o desenvolvimento".

Um trabalho de destaque dentro desse campo de pesquisa foi o do professor Antônio Barros de Castro, que, em 1988, publica "7 ensaios sobre a economia brasileira". Esses textos, que se tornaram um clássico no campo da Economia Agrícola, sintetizam em quatro pontos principais os canais de contribuição da agricultura no desenvolvimento da economia brasileira:

- Geração e ampliação permanentes do excedente de alimentos e matérias-primas;
- Liberação de mão de obra para o setor urbano/industrial;
- Criação de um mercado (demanda) para bens manufaturados;
- Transferência de capital via poupança e tributos para os setores em desenvolvimento.

SHUTTERSTOCK



de capital e induzindo à ampliação dos investimentos (formação bruta de capital fixo), componente da demanda agregada com pior desempenho nos números do PIB do terceiro trimestre de 2023, com duas quedas consecutivas na comparação interanual.

Portanto, a agropecuária contribuiu na sustentação de uma maior taxa de crescimento da economia em 2023 tanto de forma direta, por meio do aumento da produção, como também no auxílio à contenção da inflação via preços dos alimentos e os efeitos decorrentes disso, como redução da taxa de juros e estímulo ao investimento.

Todo esse cenário ainda desconsidera os efeitos implícitos do aumento da oferta doméstica de dólares, fruto do crescimento das exportações, que reduz a percepção de que riscos associados às turbulências internacionais podem fortalecer o balanço de pagamentos do Brasil, destacando a economia brasileira frente às demais economias emergentes.

Assim, o papel do complexo agropecuário foi determinante para o bom desempenho da economia brasileira ao longo de 2023 tanto em termos de crescimento, quanto em termos de controle da inflação e aumento da oferta doméstica de divisas. ■

"...a agropecuária contribuiu na sustentação de uma maior taxa de crescimento da economia em 2023 tanto de forma direta, por meio do aumento da produção, como também no auxílio à contenção da inflação via preços dos alimentos..."

1 Professor do MBA em Gestão do Agronegócio do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) – acosta.diz@gmail.com

2 Professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

3 Pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

CANA-DE-AÇÚCAR: SAFRA 2023/24 É A MAIOR DA HISTÓRIA DO CENTRO-SUL

LUCIANO RODRIGUES[1], JOSÉ GUILHERME BELON[2], LUCAS RODRIGUES[3]

Com aumento significativo da produtividade agrícola do canavial e clima favorável, usinas processam 638,4 milhões de toneladas na safra 2023/24 de cana-de-açúcar, consolidando esse ciclo como o maior da história do setor. Mesmo com o aumento de produção, o preço do açúcar aumentou, enquanto o do etanol caiu. Na média, a receita das usinas com a venda de açúcar e etanol foi, respectivamente, de R$ 340,3 e R$ 206,6 por tonelada de cana. Para 2024, as condições climáticas e a situação do canavial sugerem que devemos ter um novo ciclo agrícola de grande produção. Uma previsão mais assertiva dependerá da confirmação da dinâmica do clima ao longo dos próximos meses de verão, quando o crescimento vegetativo do canavial é intenso.

ATÉ 15 de dezembro último (a safra ainda não está concluída), com 638,4 milhões de toneladas de cana-de-açúcar processada pelas usinas do Centro-Sul, o atual ciclo agrícola já apresenta um crescimento superior em 20 milhões de toneladas de cana-de-açúcar frente à maior moagem observada até então – cerca de 618,0 milhões de toneladas contabilizados no ciclo 2015/16 (*vide* Gráfico 1). Em comparação à safra anterior (2022/23), o aumento na quantidade de cana-de-açúcar moída neste ano deve alcançar quase 100 milhões de toneladas – apenas essa variação entre os dois anos é equivalente a três vezes a produção da Austrália.

AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

Esse aumento na oferta de cana-de-açúcar está associado ao crescimento significativo da produtividade agrícola do canavial. Até o início de dezembro, a produtividade média das lavouras do Centro-Sul atingiu quase 90 toneladas por hectare, registrando um avanço superior a 20% na comparação ao mesmo período do ano anterior.

Como pode ser observado no Gráfico 2, a produtividade registrada em maio, julho e agosto de 2023 ultrapassou o limite máximo da série histórica apurada pelo Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) até o momento, consolidando-se como os maiores valores de rendimento agrícola registrados para esses meses.

Esse aumento de produtividade decorre: (i) do esforço realizado pelas unidades produtoras nos últimos anos, com investimentos em tecnologia, variedades, tratos culturais etc.; e, (ii) especialmente, da condição climática observada desde a primavera de 2022, a qual permitiu um crescimento surpreendente do canavial colhido em 2023.

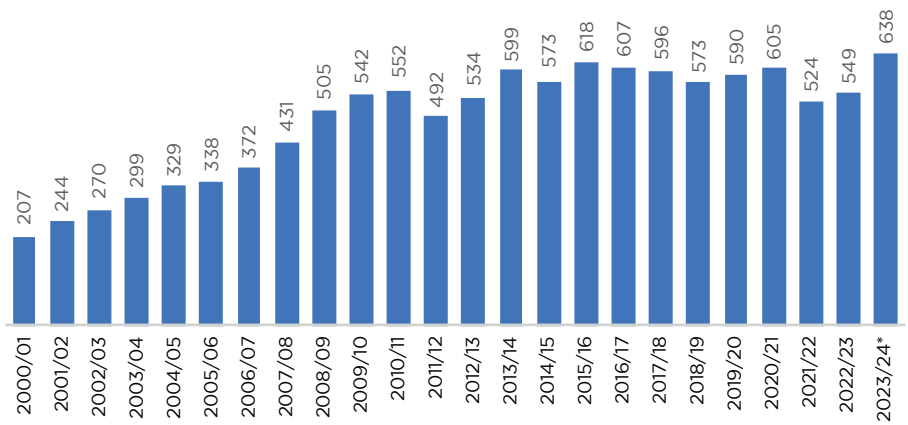
"...a produtividade registrada em maio, julho e agosto de 2023 ultrapassou o limite máximo da série histórica apurada (...) até o momento, consolidando-se como os maiores valores de rendimento agrícola registrados para esses meses."

CLIMA FAVORÁVEL

Se, por um lado, o crescimento da produtividade ampliou a oferta de cana; por outro lado, o melhor aproveitamento de

GRÁFICO 1 – CENTRO-SUL: HISTÓRICO DE MOAGEM DE CANA-DE-AÇÚCAR (MILHÕES DE TONELADAS)

Em comparação à safra 2022/23, o aumento na quantidade de cana-de-açúcar moída em 2023 deve alcançar quase 100 milhões de toneladas.



*Previsão
Fonte: elaboração a partir de dados da Unica (2023)

tempo ao longo das quinzenas do ciclo 2023/24 garantiu que essa oferta fosse efetivamente processada pelas unidades produtoras. Conforme detalhado no Gráfico 3, o regime de chuvas permitiu, especialmente no último trimestre do ano, um avanço considerável na colheita e o término tardio de safra em muitas regiões, evitando que uma quantidade expressiva de cana-de-açúcar fosse deixada no campo (a chamada "cana bisada").

MAIS AÇÚCAR E ETANOL

Como consequência desse cenário, as produções de açúcar e de etanol também apresentaram um incremento na safra 2023/24. Até 15 de dezembro último, a fabricação do adoçante totalizou 41,7 milhões de toneladas – um crescimento de 25,2% – e a produção do biocombustível contabilizou 30,9 bilhões de litros – um aumento de 17,6%.

O avanço na produção de etanol também decorre do crescimento surpreendente da oferta de etanol de milho. A fabricação do biocombustível a partir do grão totalizou 4,3 bilhões de litros até 15 de dezembro, registrando um crescimento de 41,9% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Se esse ritmo for mantido nas próximas quinzenas, a produção de etanol de milho já deve representar, ao final da safra 2023/24, cerca de 20% da oferta total do biocombustível no Centro-Sul.

Apesar da surpresa positiva na produção, a condição de mercado no ciclo 2023/24 trouxe uma dinâmica de preços absolutamente distinta entre etanol e açúcar. Como pode ser visualizado no Gráfico 4, a oferta restrita de açúcar em vários países produtores manteve as cotações internacionais do produto em um patamar elevado e, como consequência, promoveu um aumento próximo de 24% na receita média das usinas com a venda do produto.

Em sentido contrário, os preços do etanol apresentaram uma retração de 19% até o final de novembro último, trazendo um enorme desafio para as destilarias e as empresas que possuem capacidade de produção voltada para o biocombustível.

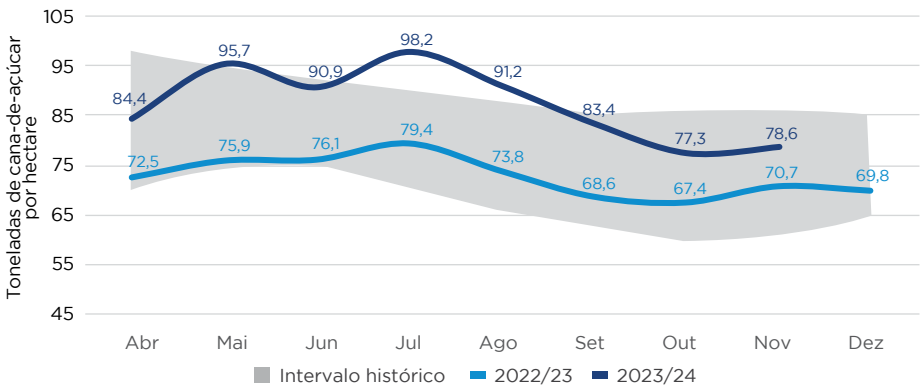
QUEDA NO PREÇO DO ETANOL

O recuo nos preços do etanol está relacionado a três elementos principais: (i) redução no preço da gasolina; (ii) alteração nos tributos sobre os combustíveis leves; e (iii) aumento na oferta de etanol.

De fato, seguindo a dinâmica observada no mercado internacional de petróleo, o preço médio da gasolina pura praticado nas refinarias brasileiras apresentou uma retração significativa em 2023. Em Paulínia-SP (maior polo petroquímico do País), por exemplo, o valor líquido da gasolina A praticado na refinaria chegou a R$ 4,10 por litro em junho de 2022, retraindo para um mínimo de R$ 2,55 por litro em julho de 2023.

GRÁFICO 2 – CENTRO-SUL: HISTÓRICO DE PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA DA LAVOURA COLHIDA (TONELADAS DE CANA-DE-AÇÚCAR POR HECTARE)

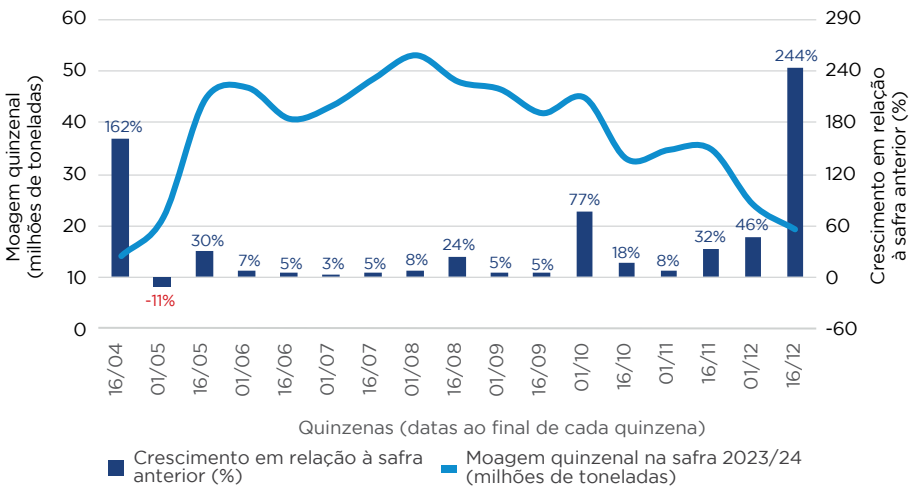
Em maio, julho e agosto de 2023, a produtividade da lavoura de cana-de-açúcar no Centro-Sul ultrapassou o limite máximo da série histórica, consolidando-se como o maior rendimento registrado para esses meses.



Fonte: elaboração a partir de dados do CTC (2023)

GRÁFICO 3 – CENTRO-SUL: EVOLUÇÃO DA MOAGEM QUINZENAL DE CANA-DE-AÇÚCAR NA SAFRA 2023/24 (MILHÕES DE TONELADAS)

Considerando o aproveitamento de tempo ao longo das quinzenas da safra 2023/24, o regime de chuvas permitiu, especialmente no último trimestre de 2023, um avanço considerável na colheita.



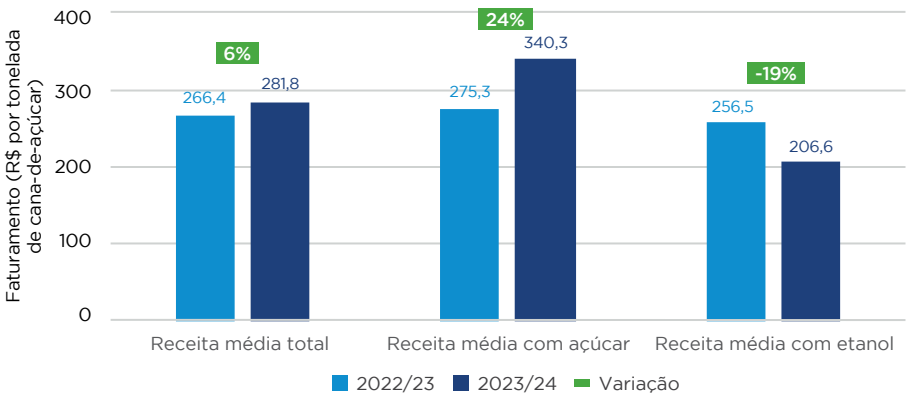
Fonte: elaboração a partir de dados da Unica (2023)

Além desse movimento, a demanda por etanol foi severamente prejudicada no primeiro semestre de 2023 devido à postergação do restabelecimento de tributos federais sobre os combustíveis leves. Previsto para acontecer no início de janeiro, o restabelecimento do diferencial tributário entre etanol e gasolina só ocorreu no final do primeiro semestre de 2023. Como consequência, o consumo de etanol ficou aquém daquele registrado no ano anterior em praticamente todo o primeiro semestre (*vide* Gráfico 5). Essa condição e a maior oferta do biocombustível causaram um recuo significativo dos preços do biocombustível no produtor.

Felizmente, a partir de agosto, o consumo de etanol passou a apresentar um aumento crescente, atingindo 1,62 bilhão de litros em novembro último – um incremento de 34% em comparação a 2022. Para os próximos meses, os preços convidativos do biocombustível na bomba (estamos observando a menor relação de preços de etanol hidratado *versus* gasolina desde 2018) e o maior volume produzido pelas unidades do Centro-Sul devem garantir uma continuidade dessa tendência, ampliando a demanda pelo biocombustível até o final da safra 2023/24.

GRÁFICO 4 – ESTADO DE SÃO PAULO: ESTIMATIVA DE RECEITA PARA AS USINAS (R$ POR TONELADA DE CANA-DE-AÇÚCAR)

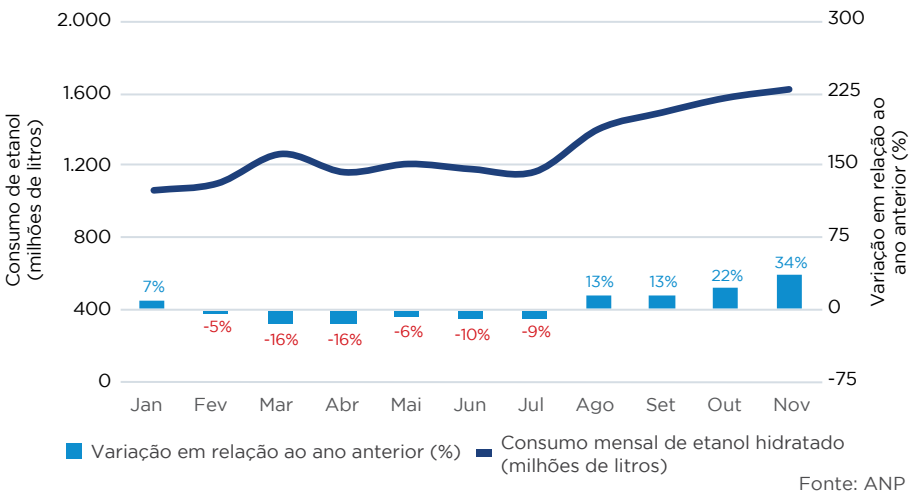
Com as cotas internacionais do açúcar situadas em um patamar alto, a receita média das usinas brasileiras com o produto passou por um aumento de 24%. A mesma sorte não tiveram os preços do etanol, que se retraíram em 19%.



Nota: foram considerados os valores acumulados de abril a novembro de cada safra
Fonte: elaboração a partir de dados da Unica (2023), do CONSECANA-SP (2023) e do Cepea/Esalq/USP (2023)

GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ETANOL EM 2023

Em quase todo o primeiro semestre de 2023, o consumo de etanol ficou aquém daquele registrado no ano anterior. Mas, felizmente, a partir de agosto, o consumo passou a crescer significativamente, atingindo 1,62 bilhão de litros em novembro último.



Fonte: ANP

Os preços convidativos do etanol na bomba e o maior volume produzido pelas unidades no Centro-Sul indicam que, nos próximos meses, a tendência de crescimento do consumo de etanol começada em agosto de 2023 deverá continuar.

PERSPECTIVA PARA 2024

Para este ano, qualquer expectativa para a safra 2024/25 – que se inicia oficialmente em abril próximo – ainda deve ser tomada com cautela. Até o momento, as condições climáticas e a situação do canavial sugerem que devemos ter um novo ciclo agrícola de grandes proporções. Apesar desse cenário, uma previsão mais assertiva para a produção neste ano depende da dinâmica das chuvas, da temperatura e da radiação a ser registrada ao longo dos próximos meses de verão, quando o crescimento vegetativo do canavial é intenso – qualquer condição atípica nesse período pode alterar significativamente a perspectiva vislumbrada nesse momento. ■

1 Diretor de Inteligência Setorial da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), coordenador acadêmico do MBA em Agronegócios da Fundação Getulio Vargas (FGV) e pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia (OCBio/FGV)
2 Especialista em Economia da Unica
3 Especialista em Economia da Unica

BOI, FRANGO E SUÍNO: EXPECTATIVAS PARA 2024

FELIPE DE LIMA JUNQUEIRA FRANCO FABBRI, NICOLE SANTOS*

Para o mercado de carne bovina neste ano, a disponibilidade interna de carne seguirá elevada, o que pode deixar espaços para ajustes negativos de preço, a depender das estratégias e das necessidades da indústria. Já para as carnes de frango e suína, a perspectiva de aumento nos custos de produção pode levar a uma redução na produção, cujas projeções, neste momento, são de novos recordes.

DE MODO geral, é esperado um ano de maior disponibilidade de carnes em 2024, de poucas movimentações em relação ao consumidor final e margens interessantes para as agroindústrias.

BOI

Com relação à carne bovina, para traçar uma perspectiva para este ano, o primeiro ponto é a oferta de boiadas, que dita o volume de carne disponível. É esperado um ano ainda bem ofertado com relação ao abate de fêmeas, mas com um menor ímpeto do que o registrado em 2023.

Com isso, a produção de carne deverá seguir elevada, com a estimativa de produção crescendo a 300 mil toneladas, ante 2023, em que a produção foi estimada em 10,8 milhões de toneladas. A exportação brasileira deve voltar a crescer neste ano, mas não o bastante para superar o recorde de 2022. A expectativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) é de 2,85 milhões de toneladas de carne bovina exportados, ou seja, 100 mil toneladas a mais do que o exportado em 2023.

Com o aumento da produção em um ritmo maior do que o da exportação, a disponibilidade interna de carne bovina seguirá elevada. Com isso, os preços da carne bovina devem ter um comportamento bastante semelhante ao assistido em 2023, com espaço para ajustes negativos a depender das estratégias e das necessidades da indústria.

Havendo um aumento da exportação em ritmo maior do que o da produção, a disponibilidade de carne bovina continuará alta e, assim, os seus preços se comportarão de forma semelhante a 2023, restando espaço para ajustes negativos conforme as estratégias e as necessidades da indústria.

FRANGO E SUÍNO

Para as carnes suína e de aves, os ajustes de produção aos fatores de mercado ocorrem de forma mais rápida.

Em 2023, com a queda expressiva nos preços do milho e do farelo de soja, os custos ficaram menores e a produção aumentou. Com a maior oferta, os preços caíram, mas as margens melhoraram.

Para este ano, o cenário de custos adiante preocupa, principalmente para o milho. Inicialmente, o mercado já projetava uma menor oferta do cereal na próxima safra.

Além disso, a safra 2023/24 está sendo marcada por desafios com relação à semeadura no Brasil Central e no MATOPIBA – região compreendida por partes dos estados do Maranhão, de Tocantins, do Piauí e da Bahia –, e a janela de semeadura do milho safrinha será menor, aumentando o risco climático ao desenvolvimento das lavouras.

Com isso, os preços do milho subiram nos últimos meses do ano. Os preços futuros apontam para mais ajustes positivos. Até onde esses ajustes irão, o clima dirá.

Com custos maiores, podemos ver ajustes ao longo do ano em relação às perspectivas iniciais de produção de carnes de frango e suína, cujas projeções, neste momento, são de novos recordes.

QUEDA NOS PREÇOS EM 2023

Em 2023, a despesa com a alimentação – com destaque para as carnes – pesou menos no bolso do consumidor.

Os preços das carnes bovina, de frango e suína caíram no ano passado, e o principal fator para essas quedas foi o aumento na produção. Segundo um levantamento da Scot Consultoria, todos os preços de cortes bovinos monitorados no varejo em São Paulo caíram nos doze meses de 2023, como pode ser observado na tabela.

No caso da carne bovina, em 2023, houve uma maior participação de

fêmeas nos abates, pressionando a cotação do boi gordo e aumentando a disponibilidade interna de carne bovina, o que levou a uma queda nos preços da carne ao consumidor.

No caso das carnes suína e de aves, os custos de produção, principalmente com a alimentação – que é o principal item de custo e pautado, especialmente, pelo milho e pelo farelo de soja –, caíram, estimulando o aumento na produção.

COMO OS PREÇOS AFETARAM A INDÚSTRIA?

A Scot Consultoria estima regularmente as margens da indústria. É importante ressaltar que todas as margens apresentadas não representam o lucro final, uma vez que não são considerados todos os possíveis custos envolvidos no processo industrial.

Como pode ser observado no gráfico, a queda nos preços das carnes ao consumidor não influenciou negativamente a margem das agroindústrias. Ao contrário, ao longo de 2023, houve uma melhora da margem em relação à do ano anterior.

SÃO PAULO: PREÇO DOS CORTES DE CARNE BOVINA (R$ POR QUILO)

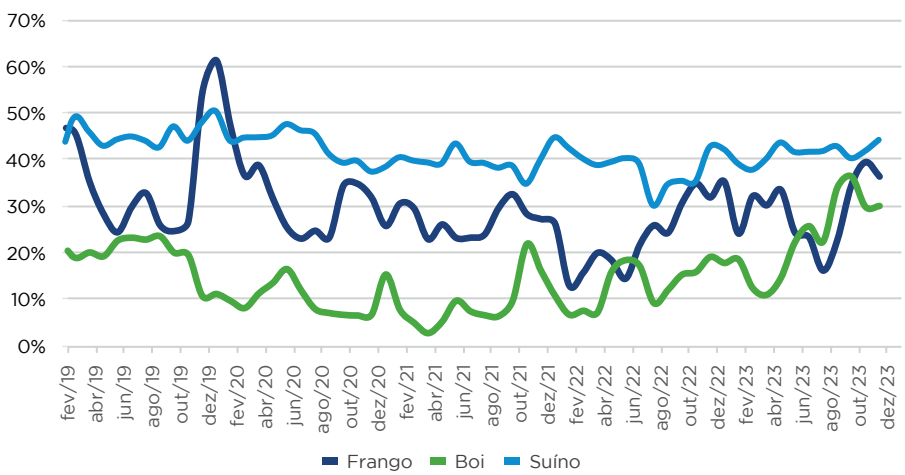
Nos doze meses de 2023, os preços de todos os cortes bovinos monitorados no varejo em São Paulo caíram.

CORTE	Dez/2022	Dez/2023	Var.
Acém	36,83	30,10	-18,3%
Alcatra (miolo)	57,23	51,22	-10,5%
Contrafilé	55,68	47,33	-15,0%
Costela	27,85	25,41	-8,8%
Coxão duro	43,64	39,79	-8,8%
Coxão mole	45,74	39,59	-13,4%
Cupim	41,04	37,06	-9,7%
Filé-mignon com cordão	76,95	72,27	-6,1%
Filé-mignon sem cordão	94,86	94,02	-0,9%
Fraldinha	37,56	37,31	-0,7%
Lagarto	42,25	36,83	-12,8%
Maminha	58,38	48,88	-16,3%
Músculo	34,41	29,58	-14,0%
Paleta	38,70	31,87	-17,6%
Patinho	45,67	39,67	-13,1%
Peito	39,77	32,82	-17,5%
Picanha	81,83	77,98	-4,7%

Fonte: Scot Consultoria

SÃO PAULO: MARGEM BRUTA (%) ENTRE A COMERCIALIZAÇÃO DE FRANGO, SUÍNO E BOI (EQUIVALENTE SCOT DESOSSA)

Mesmo com a queda nos preços das carnes ao consumidor em 2023, houve, ao longo do ano, uma melhora da margem da indústria em relação à do ano anterior.



Fonte: Scot Consultoria

QUAL CARNE FOI MAIS COMPETITIVA NO MERCADO ATACADISTA?

Para analisar a competitividade das três principais carnes na distribuição em São Paulo, foram considerados:

- para a carne bovina, o dianteiro avulso, o traseiro avulso e a carcaça do boi casado;
- o frango médio resfriado; e
- a carcaça especial suína.

Em um ano, os preços do dianteiro e do traseiro avulsos no mercado atacadista de carne com osso recuaram, respectivamente, 16,0% e 11,3%, enquanto os preços do frango e do suíno caíram, respectivamente, 0,4% e 8,2%. Com isso, a carne bovina melhorou a sua competitividade em 2023.

Entre agosto e setembro do ano passado, essa competitividade foi mais expressiva, com a forte derrocada no preço do boi gordo refletindo-se no mercado atacadista. No último trimestre do ano, a demanda é maior no mercado interno, o que dá sustentação às cotações das carnes.

Portanto, em 2023, a carne bovina esteve mais acessível ao consumidor considerando todo o movimento do ciclo pecuário de preços e o aumento da disponibilidade interna de carne. ■

* Analistas de mercado da Scot Consultoria

DESAFIOS COMPARTILHADOS NA AGRICULTURA: VISÕES NA ALEMANHA E NO BRASIL

RODRIGO RUDGE RAMOS RIBEIRO[1], STEFAN SIEBER[2], MICHELLE CHEVELEV-BONATTI[3]

Na intersecção da agricultura com a inovação e a sustentabilidade, os desafios no Brasil e a na Alemanha incluem temas como modernização e mecanização do setor, expansão de terras cultiváveis, combate ao êxodo da população rural e busca por uma gestão eficiente de fertilizantes. Considerando tais temas, o artigo dedica-se a uma comparação do agro nos dois países e leva à reflexão de como seria se o setor brasileiro adotasse um modelo mais semelhante ao do alemão.

QUAL É a magnitude dos desafios enfrentados na agricultura na Alemanha e no Brasil? A resposta a essa questão envolve a convergência de temas como competitividade na produção, êxodo rural, segurança alimentar, metas de redução de gases do efeito estufa e preservação de florestas.

No Brasil, a gestão sustentável da sua vasta extensão de terras cultiváveis é um desafio. A necessidade de conciliar o aumento da produção agrícola com a preservação dos ecossistemas naturais é um aspecto. Além disso, há questões como a infraestrutura inadequada e o uso e dependência de agroquímicos. A Alemanha enfrenta desafios específicos relacionados à modernização garantindo a incorporação de novas tecnologias e sustentabilidade. A transição para práticas agrícolas mais ecológicas e a crescente demanda por produtos orgânicos refletem a preocupação alemã. Segundo dados da Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM, na sigla em inglês), em 2021, na Alemanha, cerca de 10,8% da área cultivada foi dedicada à produção orgânica, enquanto, no Brasil, essa proporção é bem menor, de 0,6%.

A diferença na participação do setor agropecuário nos Produtos Internos Brutos (PIBs) do Brasil e da Alemanha reflete as distintas características de suas economias. No Brasil, a participação da agricultura no PIB é de cerca de 7%, considerando que se trata de um dos principais exportadores globais de *commodities* agrícolas. Em contraste, na Alemanha, a participação da agricultura no PIB é de cerca de 1%, com uma economia industrializada e voltada para tecnologia e serviços. Essa disparidade também é influenciada pelas estratégias de desenvolvimento, pelos tamanhos da economia agrícola e pelos investimentos em inovação e tecnologia.

"...em 2021, na Alemanha, cerca de 10,8% da área cultivada foi dedicada à produção orgânica, enquanto, no Brasil, essa proporção é bem menor, de 0,6%."

VISÕES E CONTEXTO

No Brasil, o ambiente rural é extenso e diversificado, variando desde pequenas propriedades familiares até grandes fazendas comerciais, sendo que, segundo o Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar ocupa cerca de 23% da área agrícola. O País possui uma agricultura de grande escala, com destaque para a produção de *commodities* como soja, milho e carnes bovina e avícola. Na Alemanha, o contexto rural é marcado pela presença de agricultores familiares e cooperativas, com uma ênfase crescente na agricultura sustentável e orgânica, caracterizada por práticas agrícolas diversificadas, incluindo cultivo de cereais e frutas, produção de laticínios e vinicultura.

A análise histórica da agricultura no Brasil indica que ela se encontra em fase de expansão, sendo observados, em 2022, um aumento na quantidade produzida e, principalmente, um aumento na área cultivada. A Alemanha, por outro lado, encontra-se em estabilidade com relação à área cultivada e com um ligeiro aumento na quantidade produzida.

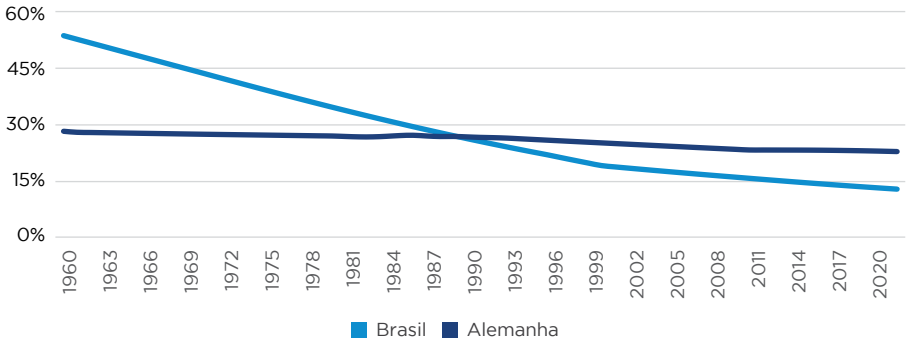
Segundo dados do Banco Mundial de 2021, as terras agrícolas (porcentagem da área terrestre) no Brasil foram de 29% com tendência de crescimento e 33% na América Latina e no Caribe. Já na Alemanha, esse indicador foi de cerca de 47% com tendência de queda e, na União Europeia (UE), de 41%. Com relação aos fertilizantes (quilogramas por hectare de terra arável), em 2021, o Brasil teve um uso de 369 kg com tendência de aumento e a Alemanha, 130 kg com tendência de queda. As diferenças no uso de fertilizantes no Brasil podem estar ligadas, além do aspecto climático, à agricultura intensiva, à expansão da área agrícola e à competitividade. Na Alemanha, esses valores podem estar ligados ao incentivo de práticas agrícolas sustentáveis, à regulamentação da UE e à diversidade de culturas e de sistemas agrícolas.

Ambos os países compartilham a complexidade de gerenciar as transformações

na agricultura e nas áreas rurais, buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e o bem-estar das comunidades locais. As políticas agrícolas e ambientais desempenham um papel crucial na gestão dessas áreas rurais, influenciando as práticas agrícolas, a distribuição de terras e o equilíbrio entre produção e sustentabilidade. A questão do envelhecimento da população agrícola também destaca a necessidade de estratégias para envolver jovens na agricultura e garantir a continuidade e a inovação no setor.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO BRASIL E NA ALEMANHA (%)

A população rural do Brasil reduziu-se significativamente, atingindo 12% em 2022, enquanto a da Alemanha manteve uma proporção mais substancial, com 22% no mesmo ano.



Fonte: Banco Mundial

POPULAÇÃO

Enquanto o Brasil seguiu uma tendência de redução significativa na população rural, atingindo 12% em 2022, a Alemanha manteve uma proporção mais substancial, com 22% da sua população ainda morando em áreas rurais. No caso brasileiro, a transição acelerada para uma economia mais industrializada e de serviços, combinada ao êxodo rural, contribuiu para a significativa diminuição da população rural. Já na Alemanha, uma economia industrial e diversificada pode ter permitido uma maior manutenção da população rural, possivelmente devido a uma distribuição mais equitativa de oportunidades econômicas e políticas que incentivam a permanência em áreas rurais.

Além disso, na Alemanha, observa-se, também, uma população que migra para as áreas rurais por questões relacionadas com acesso a moradia e qualidade de vida. Ademais, a possibilidade de trabalho remoto e a conexão de internet facilitam esse processo.

No Brasil, o êxodo rural e uma economia mais focada em indústria e serviços contribuíram para uma diminuição considerável da população rural, enquanto, na Alemanha, a economia diversificada permitiu uma maior manutenção dessa população.

PERSPECTIVAS

No Brasil, programas de cooperação técnica visam melhorar a eficiência agrícola, implementar práticas sustentáveis e promover o acesso a tecnologias inovadoras. Parcerias entre o Governo, instituições de pesquisa e empresas têm contribuído para a disseminação de conhecimentos, técnicas e tecnologias que melhoram a produtividade e reduzem o impacto ambiental. A pesquisa aplicada, focada nas necessidades locais, desempenha um papel central na adaptação de métodos agrícolas às condições brasileiras diversas.

Na Alemanha, uma abordagem colaborativa entre a Academia, instituições de pesquisa e o setor privado tem impulsionado a inovação na agricultura. Programas de pesquisa agrícola sustentável e orgânica recebem suporte para desenvolver práticas que conciliem a produção de alimentos com a preservação ambiental. A transferência de conhecimento entre pesquisadores e agricultores é facilitada por meio de iniciativas que promovem a adoção de tecnologias mais eficientes e ecologicamente amigáveis.

Como seria se o Brasil adotasse uma agricultura mais moderna e mecanizada, ocupando quase o dobro das terras agrícolas, sem o êxodo da população rural e com um uso mais eficiente de fertilizantes? Essa visão contempla um cenário potencialmente transformador, em que a sustentabilidade, a produtividade e a dinâmica das comunidades rurais se alinhariam de maneira equilibrada. ■

COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E ALEMANHA

Com uma participação mais expressiva da agricultura no resultado do PIB, o Brasil possui apenas 8% do seu território ocupado com lavouras.

ITEM	Brasil	Alemanha
Participação da agricultura no PIB em 2022 (%)	7	1
Terras agrícolas em 2021 (% da área terrestre)	29	47
Área cultivada com lavouras em 2021 (% em relação à área total do país)	8	33
Uso anual de fertilizantes em 2021 (quilogramas por hectare de terra arável)	369	130
População rural em 2022 (% em relação à população total)	12	22

Fontes: IBGE; Statista; FAOSTAT; Banco Mundial

1 Pesquisador da Fundação Getulio Vargas (FGV) – rodrigo.rudge@fgv.br

2 Professor associado da Humboldt University (HU) e coordenador do Grupo de Trabalho Sustainable Land Use in Developing Countries (SusLAND), do Leibniz Centre for Agricultural Landscape Research (ZALF) – stefan.sieber@zalf.de

3 Pesquisadora do SusLAND, do ZALF, e professora da Universidade Vila Velha (UVV) – michelle.bonatti@zalf.de

2023 *VERSUS* 2024: MILHO, SOJA, BOI, FERTILIZANTES, DÓLAR E JUROS

LUIZ CLÁUDIO CAFFAGNI*

Nesta edição de início de ano, escolhemos seis aspectos de mercado do Brasil – soja, milho, boi gordo, fertilizantes, câmbio e juros – para analisar os comportamentos dos preços em 2023 e examinar o que os mercados nos reservam para 2024. Levando em consideração a incerteza quanto aos gastos do Governo, os números do País mostram, em sua maioria, uma possível retomada de crescimento neste ano.

INICIAMOS 2023 em um cenário político e econômico estressado e incerto, com altas taxas de câmbio e de juros. Os preços dos mercados de milho, soja e boi gordo, bem como de outras *commodities*, estavam elevados. Os preços dos insumos, por sua vez, embora ainda altos, já apresentavam uma trajetória de queda desde meados de 2022.

Assim, este artigo preocupa-se em mostrar os comportamentos dos preços dos referidos ativos financeiros e *commodities*, além dos preços que o mercado está negociando para 2024.

MERCADO DE MILHO

Depois da recuperação da safra de milho 2021/22, a safra 2022/23 marcou um novo recorde, com uma colheita de 27,4 milhões de toneladas no verão e de 102,2 milhões de toneladas no inverno.

O Gráfico 1 mostra que, tão logo se configurou o espantoso volume de colheita da safrinha (março de 2023), o preço despencou, em três meses, de R$ 85,8 por saca para R$ 53,7 por saca (-38%).

Essa queda de preços pouco antes da colheita da safrinha pegou muitos produtores de surpresa, inclusive antes da fixação do preço de venda. Acontece que o cenário era mais grave, porque os insumos foram adquiridos no segundo semestre de 2022, quando ainda estavam com valores exorbitantes.



SHUTTERSTOCK

Para fechar a desgraça, o crédito rural com recursos livres foi disponibilizado a taxas de juros elevadas, o que contribuiu para que houvesse custos de produção elevados.

Com o plantio da safra de verão de soja sob os efeitos do El Niño, muitas lavouras do Centro-Oeste precisaram atrasar o plantio, o que pode impactar a janela ótima do plantio de milho safrinha já a partir de fevereiro próximo.

Esse eventual atraso, associado à possibilidade de queda de produtividade das lavouras de verão, vem impactando positivamente os preços à vista e futuros. A última estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostrou uma produção de verão de 25,3 milhões de toneladas e de inverno de 91,2 milhões de toneladas.

Observe que, no Gráfico 1, os preços futuros para 2024 também estão indicando valores ainda mais elevados. Como exercício para dar maior visibilidade do preço futuro da B3 ao produtor, à direita inferior no gráfico, do preço futuro subtraiu-se a base média para a região de Sorriso-MT, de -R$ 16,90 por saca, resultando na estimativa de preço local.

MERCADO DE SOJA

Não é de hoje que a produção de soja vem crescendo ano após ano. Segundo a Conab, o Brasil deve bater um novo recorde de produção, alcançando 160,2 milhões de toneladas na safra 2023/24. Entretanto, a irregularidade climática que se propagou nas regiões produtoras do Centro-Oeste pode deprimir bastante esse número.

O Gráfico 2 traz o preço do primeiro vencimento da soja na Bolsa de Chicago (Chicago Mercantile Exchange – CME) durante 2023. Observe que a volatilidade e a queda em meados de junho foram um resultado da incerteza climática no hemisfério Norte. A queda da soja foi em torno de 15%, menor do que a do milho, mas é possível afirmar que o preço continua volátil.

No Gráfico 2 à direita, nota-se que os meses futuros da Bolsa indicam alta para 2024, com recuo no mês da colheita norte-americana.

MERCADO DE BOI GORDO

Esse mercado sofreu muito em 2023. O preço derreteu, sobretudo, entre julho e setembro, muito em função do embargo comercial chinês no início do ano.

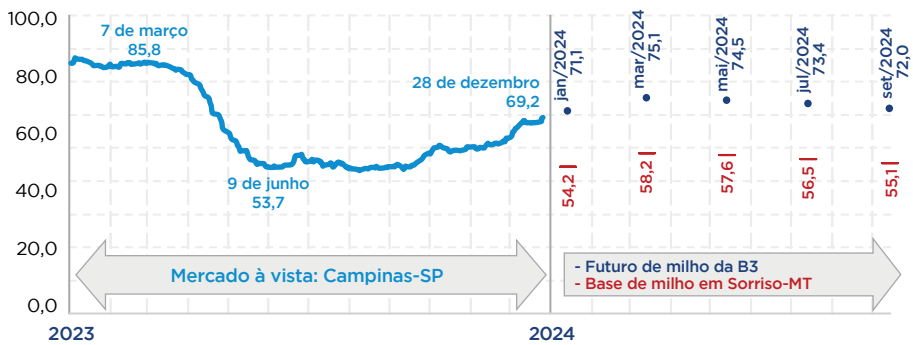
A despeito de o embargo já ter terminado, as exportações em 2023 não foram suficientes para levar o preço aos níveis do início do ano, como pode ser observado no Gráfico 3.

Para este ano, o mercado espera uma estabilidade nos preços – com uma leve alta na entressafra (outubro) –, que pode se alterar pelo aumento no abate de fêmeas e pela expectativa de uma menor oferta de bezerros.

No decorrer de 2023, o preço da saca de milho chegou a cair de R$ 85,8 para R$ 53,7 em três meses (-38%). Já na soja, observou-se uma queda em torno de 15%, mas o preço continua volátil. Quanto ao boi gordo, mesmo depois do fim do embargo chinês, os preços não voltaram ao patamar do início do ano.

GRÁFICO 1 – PREÇO DO MILHO EM 2023 E PREÇOS FUTUROS PARA 2024 (R$ POR SACA)

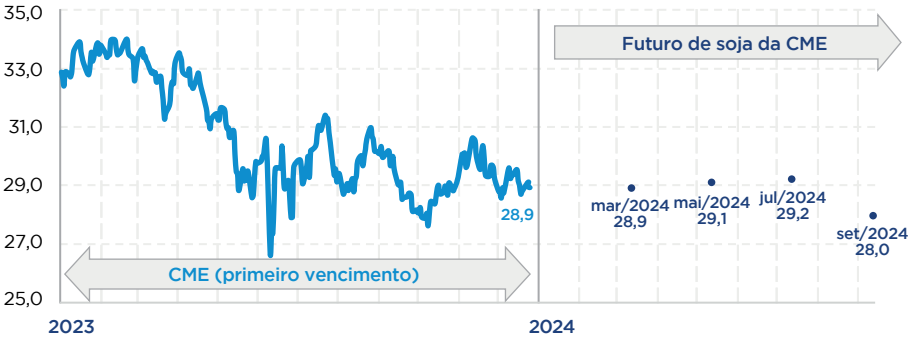
Tendo se configurado o impressionante volume da colheita de milho safrinha em março de 2023, o preço da saca de milho passou de R$ 85,8 para R$ 53,7 em três meses, representando uma queda de 38%.



Fontes: Cepea/Esalq/USP; B3; elaboração pelo autor

GRÁFICO 2 – PREÇO DA SOJA EM 2023 E PREÇOS FUTUROS PARA 2024 (US$ POR SACA)

Quanto ao primeiro vencimento da cultura de soja na CME durante 2023, a queda observada em junho remete à incerteza climática no hemisfério Norte. Já os meses futuros da Bolsa indicam alta dos preços, com recuo a partir de setembro.



Fonte: CME; elaboração pelo autor

GRÁFICO 3 – PREÇOS À VISTA E FUTUROS DO BOI GORDO (R$ POR ARROBA)

Entre julho e setembro de 2023, observa-se que o preço caiu muito, particularmente devido ao embargo chinês ao mercado de boi brasileiro. Mesmo havendo uma retomada depois do fim do embargo, o preço não voltou aos níveis do início do ano.



Fontes: Cepea/Esalq/USP; B3; elaboração pelo autor

MERCADO DE FERTILIZANTES

Neste mercado, optamos por apresentar um histórico que remonta a 2020. Isso porque o Gráfico 6 exibe o comportamento dos preços desde o período anterior ao estresse da guerra na Ucrânia – todo o ciclo de alta e de baixa. Note que, atualmente, os preços já estão em níveis do início de 2021.

Observe que os produtores que plantaram milho de inverno em 2023 compraram fertilizantes, no segundo semestre de 2022, com preços de fertilizantes em queda, mas ainda muito altos.

O mercado de fertilizantes possui uma grande deficiência na visibilidade dos preços, pois não dispõe de mercados futuros com liquidez ao redor do mundo. Possivelmente, isso se dá por causa da concentração de mineradores ou produtores, ou mesmo pela falta de transparência nos preços à vista.

A Euronext (uma associação de Bolsas europeias) possui um contrato futuro de nitrogênio, mas sem liquidez. A Intercontinental Exchange (ICE) Europe também listou um contrato de amônia, mas também não tem liquidez.

Somente o contrato futuro de ureia da CME possui uma liquidez muito pequena. O Gráfico 6 mostra as cotações futuras da ureia (FOB US Golfo) da CME, podendo-se observar certa estabilidade entre elas.

QUANTO O EXPORTADOR PODE OFERECER POR UMA SOJA A SER ENTREGUE EM MAIO DE 2024 EM SORRISO-MT?

Para trazer o preço da Bolsa de Chicago para o Brasil, a tabela a seguir mostra os cálculos do preço de paridade de exportação levado para o interior (Sorriso).

- A partir do preço futuro de maio de 2024, subtrai-se o prêmio de exportação de Paranaguá-PR (bases entre Paranaguá e Chicago). Em seguida, retira-se a margem do exportador. Até aí, o preço está em US$ por *bushel*.
- O próximo passo é transformar o preço em US$ por tonelada e, assim, retirar o custo do porto para embarcar a soja. O preço já está em Paranaguá.
- Nesse ponto, deve-se transformar o preço em R$ por tonelada, utilizando a taxa de câmbio futura da B3 de maio próximo, e retirar o frete entre Sorriso e Paranaguá.
- Por fim, transforma-se o preço em R$ por saca ou US$ por saca.

A grande incerteza está no valor do frete, única variável do cálculo que não tem como travar.

Note que, em 28 de dezembro último, quando os cálculos foram realizados, o preço máximo que o produtor receberia em Sorriso seria de R$ 104,05 por saca.

PARIDADE DE EXPORTAÇÃO DE SOJA

Considerando os cálculos do preço de paridade levado para o interior, o preço máximo que o produtor receberia em Sorriso-MT, em 28 de dezembro último, seria de R$ 104,05 por saca.

	US$¢ por *bushel*	US$ por tonelada	R$ por tonelada	R$ por saca	US$ por saca
Preço futuro de soja (CME, em maio/2024)	1.321,50				
Prêmio em Paranaguá (+/-) em maio/2024	-56,00				
Margem da *trading* (-)	0,00				
Preço FOB Paranaguá	1.265,50	464,98			
Custos de "fobização" (-)		-12,00			
Subtotal		452,98	2.224,15		
Frete: Sorriso-Paranaguá (-)			-490,00		
Soja em Sorriso			1.734,15	104,05	21,19

DADOS	
1 *bushel* de soja	27,216 quilos
Taxa de câmbio em maio/2024	R$/US$ 4,91

Fontes: CME; B3; elaboração pelo autor

MERCADOS FINANCEIROS

Para as *commodities* agropecuárias de exportação, quanto maior a taxa de câmbio (R$/US$), melhor. Porém, taxas de câmbio altas podem pressionar a inflação, que, por sua vez, se combate com aumento nas taxas de juros (Selic). Taxas de câmbio altas também encarecem os preços em reais de insumos importados, como fertilizantes e agroquímicos.

O Gráfico 7 exibe o comportamento da taxa de dólar comercial em 2023 e dos preços futuros para 2024. Note que a taxa seguiu um comportamento declinante com uma reação em outubro. Um dos motivos da trajetória de queda é a possibilidade de a inflação dos EUA estar sob controle, o que encerraria o ciclo de aperto monetário por lá, beneficiando financeiramente o resto do mundo. Para o futuro, à direita no mesmo gráfico , percebe-se uma leve desvalorização do real.

Internamente, sinais de recuperação econômica e queda do desemprego

RELAÇÕES DE TROCA ENTRE BOI, FRANGO E MILHO

As relações de troca, que analisam preços entre duas *commodities*, ajudam a explicar a competitividade de cada uma delas, além do comportamento do mercado.

O Gráfico 4 mostra relações de troca entre milho, boi e frango. Na parte superior, percebe-se que, em 2023, a quantidade de quilos de frango necessária para adquirir 1 arroba de boi diminuiu, o que mostra que o frango se valorizou em relação ao boi gordo.

Na parte inferior do mesmo gráfico, verifica-se que o frango se valorizou em relação ao milho, pois, no início do ano, eram necessários quase 13 quilos de frango para comprar 1 saca de milho e, no fim do ano, o índice ficou em 9 quilos. Isso foi bom para o produtor de frango e ruim para o produtor de milho.

No caso do boi gordo, a relação com o milho ficou um pouco mais estável. Como podemos observar nos Gráficos 1 e 3, os preços das duas *commodities* caíram durante o ano e reagiram no último bimestre.

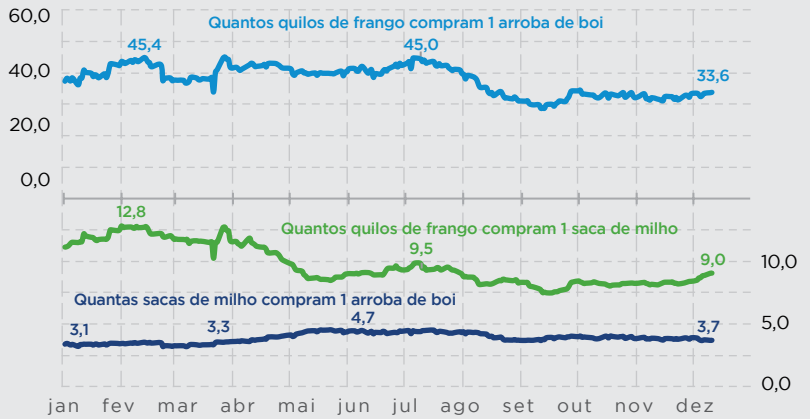
Analisando o mercado de varejo de carnes por meio do Gráfico 5, nota-se que, na parte superior, a volatilidade do preço de 1 arroba de boi gordo não se transferiu para o varejo, que apresentou uma queda limitada e suave em 2023.

Por sua vez, o frango resfriado e o filé de frango caíram no meio do ano e subiram no final, para patamares próximos ao do início do ano.

Na parte inferior do mesmo gráfico, a relação de troca mostra que 1 quilo de frango resfriado se valorizou em relação a 1 quilo de acém – movimento não observado entre o filé de frango e o acém.

GRÁFICO 4 – RELAÇÕES DE TROCA ENTRE BOI, FRANGO E MILHO EM 2023

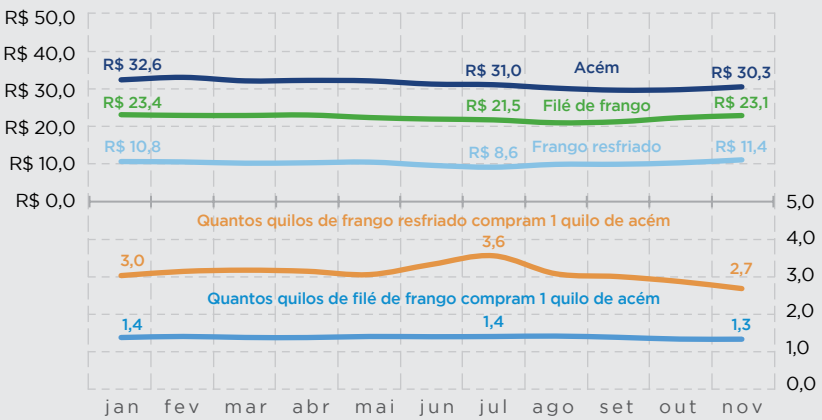
Nas relações de troca, observa-se que o frango se valorizou em relação ao boi gordo e, também, em relação ao milho. Já o boi gordo estabeleceu com o milho uma relação mais estável, devido a semelhanças de comportamento dos dois em 2023.



Fonte: Cepea/Esalq/USP; elaboração pelo autor

GRÁFICO 5 – CARNES NO VAREJO (R$ POR QUILO) E RESPECTIVAS RELAÇÕES DE TROCA EM 2023

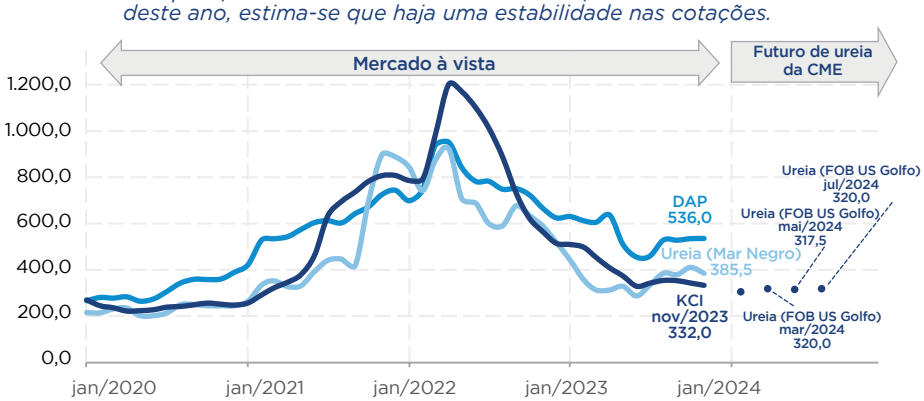
Enquanto o preço do acém apresentou uma queda limitada e suave, os preços de frango resfriado e filé de frango caíram no meio do ano e subiram no final, retornando para valores próximos ao do começo do ano.



Fonte: IEA; elaboração pelo autor

GRÁFICO 6 – PREÇOS À VISTA E FUTUROS DE DAP, KCL E UREIA (US$ POR TONELADA)

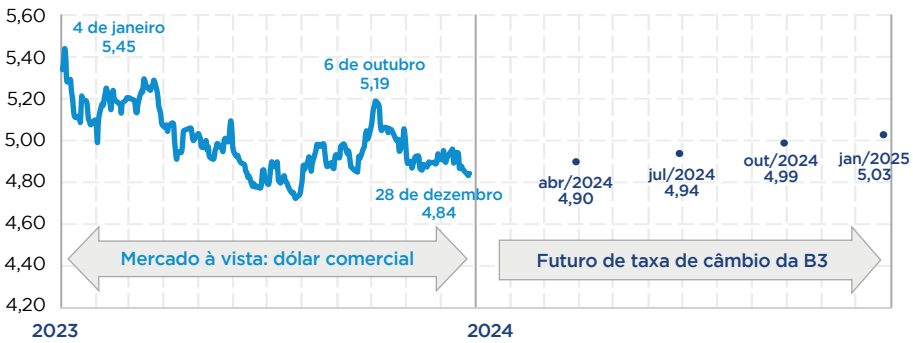
Partindo do período anterior à guerra na Ucrânia, é possível perceber que, atualmente, os preços dos fertilizantes já se encontram no mesmo nível que apresentavam no início de 2021. Já para meses futuros deste ano, estima-se que haja uma estabilidade nas cotações.



Nota: os preços à vista da ureia do Mar Negro e futuros da CME que precificam o Golfo do México não são comparáveis, pois possuem formações de preços distintas
KCl: cloreto de potássio; DAP: fosfato diamônico
Fontes: Banco Mundial; CME; elaboração pelo autor

GRÁFICO 7 – DÓLARES COMERCIAIS À VISTA E FUTUROS (R$/US$)

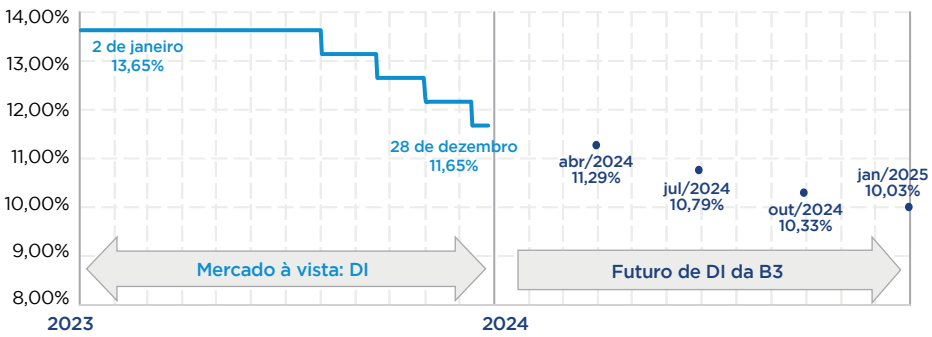
A taxa de câmbio seguiu um comportamento declinante em 2023, havendo alguma reação em outubro. Já para 2024, percebe-se certa ascensão da taxa, traduzindo-se numa leve desvalorização do real nos próximos meses.



Fontes: BCB; B3; elaboração pelo autor

GRÁFICO 8 – DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS DE UM DIA (DI1) À VISTA E FUTUROS (% AO ANO)

Quanto à taxa de juros, observa-se uma boa notícia para o agro: não só houve uma queda constante representada pelo DI1 no decorrer de 2023, como há uma tendência de queda projetada para os próximos meses deste ano.



Fonte: B3; elaboração pelo autor

rivalizam-se, principalmente, com o desafio do equilíbrio fiscal.

O Gráfico 8 mostra a redução paulatina da taxa de juros, aqui representada pelo depósito interfinanceiro (DI) de 1 dia. Note que, na projeção, o mercado vai precificando quedas ao longo deste ano – uma boa notícia para o agro. Essa tendência é explicada pela expectativa do mercado de inflação abaixo de 4% ao ano para 2024.

Pensando num histórico pré-guerra na Ucrânia, os preços dos fertilizantes já atingiram os níveis do início de 2021 e os preços futuros apontam para uma estabilidade. Quanto ao câmbio, houve um comportamento declinante, prevendo-se uma desvalorização do real. Por fim, sobre os juros, há boas notícias para o agro, pois a redução paulatina de 2023 deve repetir-se neste ano.

Finalmente, é crucial que o Brasil cresça (aumento de produção em diversos setores) de forma sustentada, com inflação controlada e equilíbrio fiscal. A grande incerteza está no controle dos gastos do Governo.

Em que pese o fato de os desafios serem complexos, os números mostram uma possível retomada neste ano, dependendo somente da "arte" de gastar o necessário para a volta do crescimento, sem excessos e artifícios de favorecimentos duvidosos. ■

Nota: este artigo foi redigido com dados disponíveis até 28 de dezembro de 2023

*Consultor em derivativos e crédito no agronegócio, sócio da Archer Education, membro de Conselhos de Administração de empresas e professor de Pós-Graduação Lato Sensu da Fundação Getulio Vargas (FGV) – luiz@archereducation.com.br

MERCADO DE CARBONO NO BRASIL: POR UMA REGULAÇÃO ESPECÍFICA E DELIMITADA

DANIEL VARGAS*

Aprovado na Câmara dos Deputados no fim de 2023, o Projeto de Lei (PL) sobre a regulação do mercado de carbono brasileiro segue, agora, para o Senado Federal. Chamando a atenção pela abrangência e pela falta de foco, o PL é comparado, neste artigo, aos exemplos de mercado de carbono na Europa, na China, na Califórnia e na Austrália. Sustenta-se que, no caso brasileiro, a linha de corte genérica deve ser substituída por um critério específico que liste instalações pontuais. A partir daí, deve-se delimitar competências e definir uma infraestrutura nacional que registre os créditos de carbono, abrindo caminhos para estimular estados, mercado, Ciência e sociedade a avançarem estratégias de precificação do carbono.

O BRASIL deu mais um passo na regulação do seu mercado de carbono. A Câmara dos Deputados, em dezembro último, aprovou um PL renovado, que, agora, segue para o Senado. Em meio às particularidades e às alterações da norma, chamam a atenção duas características sistemáticas do projeto.

A primeira é a sua abrangência: trata-se de um projeto geral, multifacetado, que cobre indistintamente os setores da economia. Ele não fixa um escopo específico; todas as empresas com emissões entre 10 mil e 25 mil toneladas de carbono anuais devem ser reguladas, excluído o agro.

Já a segunda é a sua generalidade. O PL brasileiro delega poderes discricionários amplos ao Executivo para regular emissões e definir critérios de compensação, segundo conveniência e oportunidade. Na prática, atribui ao Governo e à burocracia ambiental a tarefa de definir **o escopo e a forma** do mercado – quem será regulado e como será regulado.

A regulamentação do mercado de carbono é importante para o País. Mas será a estrutura atual da norma a melhor?

A experiência internacional parece sugerir roteiro diverso. Ao longo dos últimos anos, vários países têm trabalhado na precificação de suas emissões de gases do efeito estufa. O mercado de carbono é uma das ferramentas úteis – mas não a única.

Na experiência dos países que mais avançaram com seu mercado regulado, o foco do mercado é tão específico e limitado na lei quanto possível. A norma costuma dizer, exatamente, quem será regulado, listando, em casos mais exitosos, as características das instalações cobertas.

A partir daí, com um alvo em vista, um regime regulatório especial delimita parâmetros ajustados à realidade particular das empresas que integram o escopo do mercado. É a lei que cria o "mercado", demarca poderes e responsabilidades da autoridade pública e comanda ações do agente privado.

"...vários países têm trabalhado na precificação de suas emissões de gases do efeito estufa. O mercado de carbono é uma das ferramentas úteis – mas não a única."

O CASO EUROPEU E O SETOR ENERGÉTICO

A Europa é o exemplo paradigmático. O continente instituiu o seu mercado de carbono em 2003. O alvo do projeto, desde o início, era qualificar a regulação do setor de energia. A norma delimita, então, no corpo da lei, o conjunto de atividades cobertas pelo regime – na prática, 11 mil instalações termelétricas e indústrias altamente intensivas em energia.

Com o alvo alinhado, o continente estabelece, gradualmente, parâmetros de organização do mercado. No mundo do carbono, não se dá um passo sem mensuração rigorosa e padronizada, demarcação de linhas de base específicas e individualizadas para cada tecnologia do setor energético. A fiscalização por terceira parte avalia metodologias e dados. Tudo isso é feito nos termos de padrões fixados pela regulação.

O funcionamento do mercado depende de grande capacidade dos agentes públicos. *Trade off* entre rigor científico e custo adicional está sempre presente nas decisões. Se o custo imposto às empresas for alto demais, elas podem quebrar. Se o custo for muito baixo, arrisca-se tornar o esforço ambiental supérfluo ou contraproducente.

A norma também prevê um conjunto de "válvulas de escape". Licenças especiais podem isentar de obrigação empresas ameaçadas ou novos entrantes no mercado. Atividades consideradas estratégicas também podem ser contempladas. Incentivos e subsídios

reforçam o regime regulado para apoiar "mudanças" no modelo de negócios dos emissores.

Quase vinte anos após a criação do mercado de carbono europeu, o regime aprendeu e evoluiu. O seu escopo, contudo, manteve-se mais ou menos o mesmo. O foco continua sendo a energia. Em 2012, a aviação regional foi incorporada. Em 2024, o transporte marítimo também deve ser incluído.

O AMADURECIMENTO RECENTE DA CHINA

A China segue passos similares aos da Europa. Apesar da presença forte do Estado na economia, em matéria de carbono, as palavras de ordem são "foco" e "cautela".

Em 2013, o país asiático iniciou sete pilotos do mercado em vinte setores industriais diferentes. Em 2017, optou pela implantação restrita a 2.225 instalações termelétricas, movidas a carvão e gás. O regime chinês entrou em funcionamento em 2021.

Em um conjunto de normas que criam o mercado, a China também definiu as bases claras da sua infraestrutura regulatória. Uma delas fixa uma estrutura geral do regime: registro central de contabilidade em Hubei e plataforma de compra e venda de licenças em Xangai. Outra norma fixa padrões de mensuração e verificação com parâmetros individualizados para cada tecnologia e combustível em cada empresa. A verificação por terceira parte tem variações conforme a província da instalação regulada.

O mercado de carbono chinês está em período de amadurecimento. Nos próximos anos, a expectativa é de que as lições da experiência apontem melhores rotas de avanço.

CALIFÓRNIA E AUSTRÁLIA COMO EXCEÇÕES

Duas exceções importantes na experiência internacional do mercado de carbono parecem reforçar a vantagem de foco e regulação específicos.

A primeira exceção vem da Califórnia, que possui o segundo maior mercado de carbono do mundo. Ao contrário da Europa, a lei californiana de 2006 delegou a uma agência do Executivo – o California Air Resources Board (CARB) – a competência abrangente para definir o escopo do mercado de carbono no estado.



SHUTTERSTOCK

Em 2009, a agência propôs um foco para a regulação – o Climate Change Scoping Plan. Esse plano foi imediatamente questionado na justiça. A competência do órgão para "legislar" foi colocada em xeque. Cobrou-se, além disso, a inclusão da agricultura no rol de setores regulados. O caso arrastou-se por anos. Prevaleceu, ao fim, o reconhecimento da competência do CARB para executar o mandato legislativo. E foi mantida a exclusão do agro, sob o argumento de que faltavam métricas rigorosas para acompanhar o setor.

A opção pelo escopo abrangente do mercado de carbono na Califórnia parece cobrar o seu preço. Disputas judiciais continuamente atrasam e dificultam cada novo passo da regulação. Embora tais disputas toquem nos temas mais diversos, a competência e a discricionariedade da agência são um alvo constante de objeção, assim como são rotineiras as críticas à efetividade da política ambiental californiana. Para alguns, o mercado regulado não foi capaz de reduzir emissões; para outros, elevou indevidamente o preço da energia elétrica e provocou vazamentos para outras partes do país.

A Austrália oferece outra experiência, parcialmente divergente. O mercado de carbono no país foi concebido ao longo da década de 2000, e a primeira proposta de implementação apresentada pelo governo ocorreu em 2008. Como na Califórnia, a proposta abrangia amplamente diversos setores da economia com emissões acima de 25 mil toneladas de CO_2 ao ano. A norma também previa um futuro ingresso da agricultura e do setor mineral.

A proposta de mercado de carbono australiana foi atacada de todos os lados. Enquanto ambientalistas pediam mais ambição, setores industriais questionavam uma intervenção ampla e desordenada do Estado na economia – "*a great big tax on everything*". A norma virou um campo de batalha e acabou enterrada. De quebra, supostamente ajudou a

eleger novas lideranças nacionais, resistentes à regulação do carbono.

Nos anos seguintes, o país teve idas e vindas. Em 2011, uma nova proposta de mercado de carbono avançou. Mais modesta, focada em quinhentas instalações de energia, conseguiu aprovação parlamentar. Em 2014, o mercado de carbono foi revogado outra vez. No seu lugar, o país passou a buscar a precificação com incentivo público – o Fundo de Redução de Emissões (ERF, na sigla em inglês).

Em 2022, o mercado de carbono foi restabelecido no país, com um escopo ainda mais delimitado e uma organização mais detalhada. Abrange 215 empresas do setor de energia, responsáveis por 28% das emissões nacionais. Cada uma delas deve cumprir uma redução de 4,9% ao ano até 2030. Para apoiar o regime, fatores de emissão são atualizados e linhas de base individualizadas são pactuadas. Tudo isso é acompanhado por um sistema de revisão independente.

CONCLUSÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

O que o conjunto das experiências sobre a regulação do mercado de carbono – na Europa, na China, na Califórnia e na Austrália – revela?

Primeiro, ninguém cria um mercado de carbono para, depois, descobrir o que fazer com ele. O seu escopo, as suas atribuições e os seus limites são delimitados desde o início, na norma. No debate brasileiro, infelizmente, carbono virou panaceia. A norma aprovada na Câmara dos Deputados é, ao mesmo tempo, **vaga** – no escopo e nos critérios regulatórios – e **pulverizada** – oferece uma promessa de salvação para cada pessoa. Sem foco ou organização, o risco é distorcer, minar o valor do instrumento ou gerar questionamentos.

Segundo, o mercado de carbono é uma **exceção**, e não a **regra**. Trata-se de um regime especial, delimitado, de intervenção direcionada do Estado na economia. No caso de um conjunto de grandes empresas, pouco abertas à inovação, ou cujas características justifiquem a precificação conduzida pelo Estado, esse tipo de regime "pode" ajudar.

As aspas aparecem porque, mesmo nesses casos, há limites. A Europa tem o modelo mais bem-sucedido de mercado de carbono. Cresce, no continente, contudo, a percepção de que esse instrumento regulatório não será capaz de encaminhar mudanças na matriz energética da região. Contribui com ganhos de eficiência energética, mas não deve promover mudanças tecnológicas avançadas, ajudar na criação de novas fontes ou *grids*. Sem isso, a transição energética não se completará na região.

"...ninguém cria um mercado de carbono para, depois, descobrir o que fazer com ele. O seu escopo, as suas atribuições e os seus limites são delimitados desde o início, na norma. No debate brasileiro (...) A norma aprovada na Câmara dos Deputados é, ao mesmo tempo, vaga (...) e pulverizada..."

Aliás, enquanto a Europa apostava as fichas no mercado de carbono regulado para orientar uma transição energética, a China criou um verdadeiro monopólio tecnológico nas energias solar e eólica. Esse é o foco da "precificação do carbono" no país asiático. A partir daí, e pontualmente, é que surge, como regime específico, o mercado regulado de carbono para um conjunto de grandes termelétricas.

De forma análoga, o modelo da Califórnia também é visto com crescente cautela nos Estados Unidos. Embora abrigue o principal ambiente de trocas de carbono, o projeto do estado tem suscitado desconfianças. Nos últimos anos, o Texas recebeu o dobro de investimento da Califórnia – e mais do que os demais 48 estados do país somados. Tudo isso rejeitando, peremptoriamente, o mercado regulado de carbono.

VOLTANDO AO BRASIL, O QUE FAZER?

O PL do mercado de carbono brasileiro avançou na Câmara dos Deputados e segue, agora, para o Senado Federal. O projeto tem o mérito de sinalizar a importância da precificação do carbono para a transição verde do País. O ambiente político das negociações, contudo, está carregado. E, quanto mais se discute o tema, mais as discordâncias aumentam.

Nesse contexto, o melhor alerta, talvez, venha do ditado popular: "menos é mais".

O País deveria limitar a regulação do seu mercado de carbono à energia e à indústria de alta intensidade energética. Em grandes empreendimentos cautelosamente delimitados, é preciso criar uma rota guiada de transição verde com metas e controles públicos. No escopo da lei, a linha de corte genérica deve ser substituída por um critério específico que cubra uma lista de instalações pontuais. A partir daí, deve-se criar um regime regulatório direcionado e rigoroso.

Além disso, deve-se criar uma infraestrutura nacional para registro dos créditos de carbono do País – com as suas metodologias correspondentes, como já previsto no PL. No mais, é preciso abrir caminhos para estimular estados, mercado, Ciência e sociedade a avançarem suas estratégias distintas de precificação do carbono. A regulação será, então, menos uma polícia generalizada e centralista e mais uma mobilização nacional e includente de conversão do verde em valor. ■

*Coordenador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV)

PECUÁRIA TROPICAL: INTENSIFICAR É MAIS EFICIENTE DO QUE REDUZIR

TALITA PRISCILA PINTO[1], CAMILA GENARO ESTEVAM[2], EDUARDO DE MORAIS PAVÃO[3]

A pecuária tropical, quando gerida com sistemas integrados e melhorias na produção, pode ser uma aliada na mitigação das mudanças climáticas e na oferta de alimentos para uma população crescente. Sistemas integrados e práticas sustentáveis mostram que intensificar a produção, em vez de simplesmente reduzi-la, pode ser mais eficaz para reduzir as emissões. Essa abordagem desafia a visão simplista de redução do consumo de carne, destacando a eficiência dos sistemas produtivos tropicais na mitigação climática. Vale destacar que, no modelo atual de produção, em 2022, a produção agropecuária brasileira contribuiu com 0,64% das emissões mundiais.

DIANTE DA 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 28/UNFCCC, nas siglas em inglês), realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, as mudanças climáticas retomaram o centro das atenções globais. Muitos assuntos, e uma pitada de oportunismo, entraram em cena. Um deles foi a proposta de redução do consumo de carne – tema recorrente e que merece ser desmitificado.

A atividade agrícola possui uma característica particular quanto às mudanças climáticas: ao mesmo tempo em que emite gases do efeito estufa (GEE), também tem o potencial de mitigar os seus impactos. Isso é possível por meio da adoção de práticas sustentáveis de produção que contribuem para a remoção de carbono da atmosfera, como, por exemplo: a fixação biológica de nitrogênio, que evita o uso de fertilizantes nitrogenados; e o sistema de plantio direto com rotação de culturas, que protege o solo e reduz as operações com máquinas.

Assim, a atividade agropecuária (e o setor de florestas) é capaz de remover carbono da atmosfera – contribuindo de forma positiva no enfrentamento às mudanças climáticas, garantindo segurança alimentar a uma população crescente e, ainda, gerando renda. Portanto, os benefícios são ambientais, sociais e econômicos.

SHUTTERSTOCK



Frequentemente, o setor agropecuário é analisado de forma distorcida nos debates, pois o seu sistema produtivo não é considerado na sua totalidade. Na produção de carne, por exemplo, é necessário avaliar as emissões sistêmicas da atividade pecuária, e não apenas atribuí-las individualmente aos animais nas fazendas.

Ao removerem carbono da atmosfera, a atividade agropecuária e o setor de florestas contribuem para enfrentar as mudanças climáticas, garantir segurança alimentar a uma população crescente e gerar renda. Ou seja, há benefícios ambientais, sociais e econômicos.

PECUÁRIA COMO PARTE DA SOLUÇÃO

Os sistemas de produção, quando integrados, como a integração Lavoura-Pecuária (iLP) e a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), podem remover mais carbono do que emitir, gerando um balanço negativo de emissões. Em contrapartida, áreas de pastagem de baixa produtividade têm um balanço positivo de emissões. A capacidade de remoção de carbono, especialmente dos sistemas integrados, tem o potencial de compensar as emissões de metano entérico do rebanho. Entre os modelos disponíveis, a integração com a floresta oferece o maior potencial para garantir esse resultado.

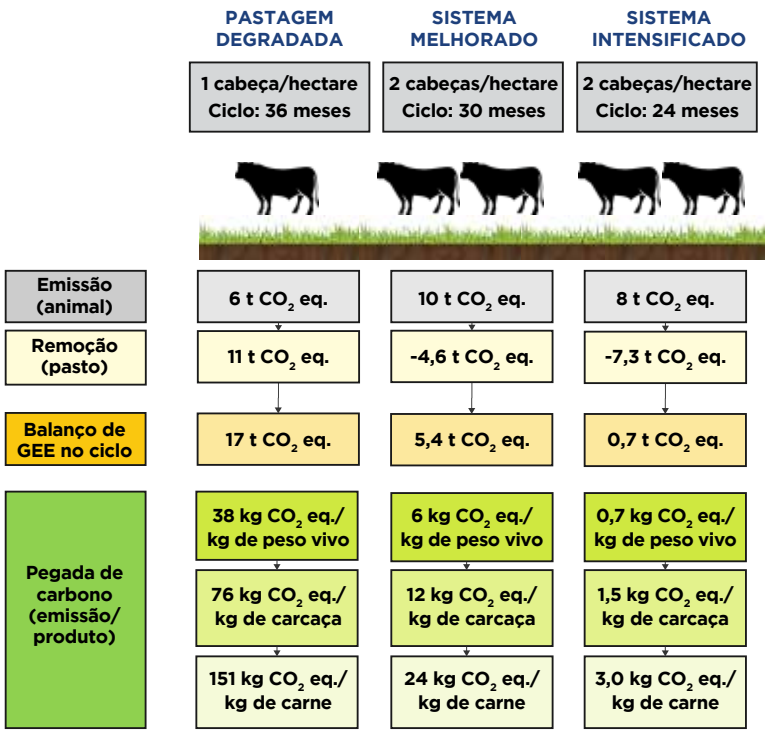
Um estudo do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) analisou o balanço anual de emissões do sistema iLPF, segmentando-o de acordo com: (i) a remoção do componente florestal (carbono armazenado na madeira); (ii) o aumento do estoque de carbono no solo; e (iii) as emissões oriundas da fermentação entérica e do manejo de dejetos animais.

Os resultados mostram que, em dez anos, a implementação do sistema iLPF em 6,5 milhões de hectares removeria 36 megatoneladas de gás carbônico equivalente (Mt CO_2 eq.) do solo. Como o rebanho com uma taxa de lotação de 2,5 cabeças por hectare emite 27,3 Mt CO_2 eq., o acúmulo de carbono no solo é mais do que suficiente para neutralizar as emissões do rebanho bovino nessa área.

Esses dados evidenciam um aspecto importante: a possibilidade de desenvolver

COMPARAÇÃO DA PEGADA DE CARBONO EM SISTEMAS PECUÁRIOS

Enquanto a produção em pastagem degradada contabiliza uma emissão líquida de 17 t CO_2 eq., o sistema intensivo emite apenas 0,7 t CO_2 eq.



Fonte: elaboração pelos autores

AGROPECUÁRIA CONTRIBUI COM 0,64% DAS EMISSÕES MUNDIAIS

Em 2022, o mundo emitiu cerca de 53,8 bilhões de toneladas de carbono equivalente (bt CO_2 eq.). O setor de energia responde por cerca de 72% desse total, seguido pelas atividades agropecuárias e outros usos da terra, responsáveis por 15% das emissões, que se dividem em: 12% para as atividades agropecuárias e 3% para as mudanças de uso da terra.

O Brasil foi responsável por aproximadamente 2,4% das emissões globais de GEE. Desse total, as atividades agropecuárias contribuem com 0,64% das emissões mundiais. Ao comparar o cenário nacional ao global, fica evidente que a contribuição de cada setor para as emissões varia consideravelmente. No entanto, observa-se uma tendência comum de atribuir uma parcela desproporcional de responsabilidade aos sistemas agroalimentares – principalmente à atividade pecuária – em relação às suas emissões.

uma pecuária sustentável por meio da adoção de sistemas integrados, abrindo caminho para uma intensificação produtiva, que permite produzir mais com um menor impacto ambiental. Ou seja, não é necessário reduzir o consumo de carne para neutralizar o efeito climático.

POR QUE REDUZIR SE É POSSÍVEL INTENSIFICAR?

Outro estudo do OCBio simulou a diferença entre emissões, remoções, balanço e pegada de carbono para três diferentes sistemas pecuários produtivos: (i) pastagem degradada ou com níveis de degradação (1 cabeça por hectare e ciclo de produção de 36 meses); (ii) sistema melhorado (2 cabeças por hectare e ciclo de 30 meses); e (iii) sistema intensificado (2 cabeças por hectare e ciclo de 24 meses). Isto é, os sistemas variam de acordo com a qualidade da pastagem, a taxa de lotação e a idade de abate.

Nos três cenários, analisando apenas as emissões de GEE pelos animais, a conclusão é clara (*vide* figura): o sistema melhorado é o que emite mais (10 t CO_2 eq.). No entanto, ao adicionar as emissões ou as remoções de gases geradas pelo pasto, o resultado é alterado: o sistema com pastagem degradada se torna o maior emissor líquido (17 t CO_2 eq.).

Além disso, se dividirmos o volume de GEE emitido pela quantidade de quilos de carne produzida, o sistema intensificado tem a menor pegada de carbono: 3 quilos de CO_2 eq. por quilo de carne. Na produção em pasto degradado, a pegada de carbono é de 151 quilos de CO_2 eq. por quilo de carne.

Fica claro que, com investimento em tecnologia e em técnicas de produção, é possível produzir mais carne utilizando menos área e, consequentemente, reduzindo o volume de emissões. Considerar o sistema como um todo altera a forma como a pecuária e o consumo de carne participam do cenário global de emissões. A pecuária tropical, em que predomina a prática extensiva, deve fazer parte das regras da contabilidade climática. Só assim, será possível rebater análises distorcidas ou equivocadas.

Por fim, a avaliação dos sistemas produtivos alimentares, frequentemente rotulados como vilões do aquecimento global, necessita de uma análise mais robusta e honesta. A produção pecuária varia significativamente entre diferentes países e regiões do mundo, e cada sistema contribui de maneira única, demandando estratégias de intervenção específicas. A depender da perspectiva, a pecuária pode passar de desafio a ser superado para potencial aliado no combate às mudanças climáticas e na provisão de alimentos para uma população mundial em crescimento.

Essa visão torna-se ainda mais relevante quando consideramos os sistemas de produção adaptados ao contexto tropical, em que as características específicas oferecem oportunidades únicas para o desenvolvimento sustentável. O boi tropical, quando colocado em um sistema de melhor manejo, produz mais carne e emite menos carbono. Portanto, sugerir a redução do consumo de carne é só mais uma estratégia para europeu ver. ■



SHUTTERSTOCK

"A depender da perspectiva, a pecuária pode passar de desafio a ser superado para potencial aliado no combate às mudanças climáticas e na provisão de alimentos para uma população mundial em crescimento."

ASSAD, E. D. *et al*. Potencial de mitigação de gases de efeito estufa das ações de descarbonização da pecuária até 2030. OCBio – FGV. Novembro de 2021. Disponível em:

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Sistemas integrados promovem balanço de carbono positivo. Dezembro de 2016. Disponível em:

PINTO, T. P. *et al*. Panorama das emissões de metano e implicações do uso de diferentes métricas. OCBio – FGV. Maio de 2022. Disponível em:

RITCHIE, H.; ROSADO, P.; ROSER, M. Greenhouse gas emissions. OurWorld InData.org. Junho de 2020. Disponível em:

SOUZA, K. W. de *et al*. Integração lavoura-pecuária-floresta como estratégia para compensação das emissões de gases de efeito estufa. Embrapa, Circular Técnica 39. Planaltina, DF. Março de 2019. Disponível em:

1 Pesquisadora do OCBio/FGV – talita.pinto@fgv.br

2 Pesquisadora do OCBio/FGV – camila.estevam@fgv.br

3 Pesquisador do OCBio/FGV – eduardo.pavao@fgv.br

RESULTADOS DA COP 28 E REPERCUSSÕES NO BRASIL

LEONARDO MUNHOZ*

Realizada de 30 de novembro a 12 de dezembro últimos, a COP 28 teve na sua agenda temas como o balanço global da implementação do Acordo de Paris, o mecanismo global de carbono e os sistemas alimentares. Pela primeira vez na história das COPs da UNFCCC, as partes acordaram a meta de eliminar o uso de combustíveis fósseis, por meio de uma transição gradual até a neutralidade climática de 2050. Posto isso, repetindo outras COPs do Clima, essa edição trouxe negociações, visibilidade pela mídia e participação dos setores público e privado, mas sem muitos avanços concretos.

A 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 28/UNFCCC, nas siglas em inglês) ocorreu em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, de 30 de novembro a 12 de dezembro último. A Conferência teve como agenda discutir e negociar vários pontos importantes sobre tratados internacionais, contemplando a reunião das partes do Protocolo de Kyoto e do Acordo de Paris. Entre os itens da pauta da COP 28 que merecem destaque, estão o financiamento climático, o balanço global da implementação do Acordo de Paris, o mecanismo global de carbono e os sistemas alimentares.

O balaço global de implementação do Acordo de Paris é denominando Global Stocktake (GST) e está previsto no artigo 14 do próprio tratado. O GST visa verificar a implementação dos objetivos e das metas do Acordo de Paris tanto de forma coletiva, como de cada país. O primeiro relatório do GST foi finalmente apresentado e aprovado pelas partes na COP 28.

Por meio do GST, as partes acordam que as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, na sigla em inglês) foram comunicadas, mas afirmam que o sexto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, também em inglês) apontou que as emissões estão mais altas do que as anteriormente previstas nas NDCs – a trajetória de diminuição das emissões não está alinhada com o objetivo do Acordo de Paris. Nesse sentido, pela primeira vez na história da UNFCCC e das suas COPs, as partes acordaram a meta expressa de eliminar o uso de combustíveis fósseis (especialmente carvão), por meio de uma transição gradual até a neutralidade climática de 2050 ("*transitioning away from fossil fuels*").

Conforme o GST, essa transição contempla: triplicar o uso de energias renováveis; acelerar a descontinuação do uso de carvão; diminuir substancialmente as emissões de carbono e metano até 2030; descontinuar a prática de subsídios de combustíveis fósseis; incentivar veículos de baixa emissão; e acelerar o uso de tecnologias de baixo carbono. No GST, também ficou acordado o combate ao desmatamento, inclusive com o uso de financiamentos. Isso é positivo para o Brasil, uma vez que esses recursos podem ser de grande auxílio na implementação do Código Florestal e de instrumentos de comando e controle contra o desmatamento ilegal.

"...pela primeira vez na história da UNFCCC e das suas COPs, as partes acordaram a meta expressa de eliminar o uso de combustíveis fósseis (especialmente carvão), por meio de uma transição gradual até a neutralidade climática de 2050..."

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Na pauta de financiamento climático, as partes destacam a necessidade de US$ 5,9 trilhões no período pré-2030 para que países em desenvolvimento consigam implementar políticas de mitigação de emissões. Com isso, o GST registrou a falha dos países desenvolvidos em disponibilizar US$ 100 bilhões por ano, como previsto em decisões anteriores da COP (COP 21). Reconhece-se, também, que, no Green Climate Fund, houve uma promessa de aporte de US$ 12,8 bilhões por 31 países, mas que, agora, resta saber se isso será concretizado nos próximos anos.

MECANISMO GLOBAL DE CARBONO

Sobre o mecanismo global de carbono, as discussões foram mais intensas em torno do artigo 6.8 do Acordo de Paris, o qual estabelece os instrumentos não

mercadológicos – mecanismos além do mercado de carbono, como financiamentos e instrumentos de regulação, capacitação e transferência de tecnologia. As partes tiveram dificuldade em acordar que as iniciativas não mercadológicas de cada país devam ser reportadas para o sistema online da UNFCCC em 2024 (até o Comitê de Glasgow sobre Abordagens Não Mercadológicas) – a UNFCCC *web-based platform*. O Brasil pode ter outra oportunidade, pois poderá utilizar projetos financiados pelos recursos do Fundo Amazônia e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), atendendo esse requisito da COP e, ao mesmo tempo, incentivando mais investimentos, tendo em vista a agenda de financiamento da COP pelos países desenvolvidos.

Nesse contexto, é importante destacar que, no final do ano passado, o governo federal publicou o Decreto nº 11.815, criando o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis. Este tem como objetivo financiar a recuperação 40 milhões de hectares de pastagens degradadas pelo País em até dez anos. Hoje, estima-se que o Brasil possui 35 milhões de hectares de pastagens em degradação severa, segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Isso se relaciona, inclusive, com uma meta na NDC brasileira (isto é, a reparação de 15 milhões de hectares), já que pastagens preservadas conseguem estocar grandes quantidades de CO_2. O Decreto estabelece que, para participar do Programa, o produtor deverá apresentar o seu Cadastro Ambiental Rural (CAR) e estar de acordo com a Lei nº 12.651/12 (aquela que instituiu o novo Código Florestal). Portanto, fica evidente, novamente, que o cumprimento da agenda climática brasileira passa pela implementação do Código Florestal.

MERCADO DE CARBONO

Quanto ao mercado de carbono, especificamente presente no artigo 6.4 do Acordo de Paris, as partes resolveram que aspectos das metodologias e das formas de remoção de gases do efeito estufa (GEE) devem ser melhor analisados na próxima Conferência: a COP 29, a ser realizada neste ano. Nesse meio tempo, o órgão técnico da Convenção (Corpo Auxiliar para Conselho Científico e Tecnológico – SBSTA, na sigla em inglês) e o órgão supervisor do artigo 6 (Article 6 Supervisory Body) deverão auxiliar. Portanto, na COP 28, não houve

UNCLIMATECHANGE



progresso para o desenvolvimento de um mecanismo global de mercado de carbono nem um maior alinhamento de processo e procedimentos para mercados de carbono nacionais.

No Brasil, é importante destacar que a Câmara dos Deputados aprovou, recentemente, o Projeto de Lei sobre o mercado de carbono regulado nacional (PL nº 2.148/15). Esse texto já havia sido aprovado previamente no Senado (PL nº 412/22), contudo os deputados alteraram o texto em alguns pontos, principalmente adicionando dispositivos para o uso de REDD+ (créditos de carbono oriundos de desmatamento evitado na Amazônia), tema omisso no texto inicial dos senadores. O texto, teoricamente, restringe o uso de REDD+, com exigências mais restritivas, para que possam ser convertidos em créditos de carbono do mercado nacional.

Como os deputados alteraram o texto do Senado Federal, o PL retorna, agora, para a casa iniciadora, para que os senadores possam avaliar tais mudanças em uma nova votação, visando à sua aprovação final em forma de Lei.

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS *VERSUS* CLIMA

Junto ao GST, também pela primeira vez, as partes abordaram especificamente o tema de sistemas alimentares e mudanças climáticas. Essa pauta da agenda resultou na Emirates Declaration on Resilient Food Systems, Sustainable Agriculture and Climate Action, que foi assinada por 158 países (inclusive o Brasil) até o momento, com o objetivo de que sistemas alimentares e agricultura se tornem instrumentos de mitigação climática e segurança alimentar. A despeito de a iniciativa ser positiva e trazer esse assunto para o centro de discussão da Convenção, é uma declaração, ou seja, no contexto do Direito Internacional, é uma fonte de direito não vinculante (*soft law*), por meio da qual esses países signatários estão concordando com uma visão conjunta, mas que não estabelece metas e/ou objetivos a serem cumpridos como uma decisão da COP.

O Brasil já atua nessa agenda, não só com o seu vasto ordenamento ambiental – o qual é um dos poucos do mundo que contempla a gestão sustentável da propriedade rural, isto é, a manutenção das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e áreas de Reserva Legal (RL) –, mas também por meio de programas governamentais como o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) e o Plano ABC+ (a versão voltada para o ciclo de 2021 a 2030). Estes são um instrumento central no Brasil para o incentivo da agropecuária sustentável, disponibilizando crédito para esse objetivo.

RESULTADOS CONCRETOS

Por fim, a COP 28 repete as outras COPs do Clima, havendo muita negociação e divergências, visibilidade pela mídia e participação dos setores público e privado, mas sem muitos avanços concretos. Como de costume na COP do Clima, mais Grupos de Trabalho (GTs) foram criados, houve a assinatura de declarações não vinculantes e maiores análises deverão ser realizadas pelos órgãos técnicos da Convenção (SBSTA e Órgão Subsidiário para Implementação da Convenção – SBI, na sigla em inglês).

A título de comparação, a COP da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) possui mais protocolos do que a COP do Clima (de Cartagena, de Nagoya e Protocolo Suplementar de Kuala Lumpur), uma pauta mais extensa, abordando biodiversidade, biossegurança e biotecnologia, e ocorre somente a cada dois anos. Entretanto, tem resultados mais práticos, já que moldou todas as normas e processos de biossegurança, transgênicos (organismos geneticamente modificados – OGMs) e tecnologias relacionadas (por exemplo, a Lei nº 11.105/05 e o procedimento de análise de risco e aprovação de OGMs). Igualmente, a COP da CDB orienta todas as normas de biodiversidade e repartição de benefícios, ou seja, surte efeitos na indústria e no comércio, além de fomentar formas de preservação da biodiversidade. Por outro lado, as COPs do Clima não conseguem obter resultados parecidos, mesmo tendo estrutura e visibilidade muito maiores, com periodicidade anual.

Enquanto a COP da CDB possui uma pauta mais extensa, ocorre apenas a cada dois anos e moldou todas as normas sobre biossegurança e transgênicos, a COP do Clima, mesmo tendo maiores estrutura e visibilidade, não alcança resultados da mesma magnitude.

De mais concreto, a COP 28, de fato, entregou o GST, mencionando uma transição energética com o fim dos combustíveis fósseis, tendo havido uma visão conjunta de vários países pela agricultura sustentável e um maior destaque para que financiamentos sejam feitos. Para o Brasil, a Conferência cria oportunidades, contanto que o País avance com a implementação do Código Florestal, legislação esta que nenhum país tem semelhante para reparação de florestas e que, também, pode atrair investimentos verdes oriundos dos financiamentos climáticos negociados. ■

*Pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV)

MARCA DE CAFÉS DA COOXUPÉ É A PRIMEIRA E ÚNICA DO BRASIL A TER CERTIFICAÇÃO E SELO DA ABIC PARA ESPECIAIS

O lançamento do selo aconteceu durante a Semana Internacional do Café (SIC), em Belo Horizonte-MG.

A SIC, realizada em novembro último, em Belo Horizonte, apresentou uma grande novidade para o mercado de cafés especiais: a marca Prima Qualità Cafés Especiais, produzida pela torrefação da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), foi formalmente anunciada como a primeira e única do Brasil a obter o selo de cafés especiais concedido pela Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), em parceria com a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, na sigla em inglês).

"Em relação ao mercado, há uma grande dificuldade de regulamentação de café especial. Por isso, enquanto indústria, temos o compromisso e o respeito ao consumidor, direcionando-o sobre o que realmente é café especial. Esse selo específico da ABIC e da BSCA passa a regulamentar o café especial disponível no varejo brasileiro e, ainda, traz um QR *code* que apresenta a rastreabilidade do café, bem como a sustentabilidade e a qualidade desse produto. Trata-se de uma grande conquista que beneficia a todos", disse o superintendente de Torrefação e Novos Negócios da Cooxupé e da SMC Specialty Coffees, Mário Panhotta da Silva.

Durante a SIC, no estande da Cooxupé, foram apresentadas à comunidade cafeeira as linhas de cafés torrados e moídos

DIVULGAÇÃO COOXUPÉ



produzidas pela Cooperativa e que são encontradas no varejo dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e, também, por meio do *e-commerce* (cafescooxupe.com.br). Estiveram presentes as linhas de cafés especiais Prima Qualità, Prima Qualità Cultivado por Mulheres e Prima Qualità Especialíssimo, que são itens disponíveis ao consumidor o ano todo. Além desses produtos, houve o Prima Qualità Safra Especial 2023, cuja edição é limitada. Todos esses cafés vêm de microlotes de produtores cooperados e avaliados com 87,5 pontos.

"Esse selo específico da ABIC e da BSCA passa a regulamentar o café especial disponível no varejo brasileiro e, ainda, traz um QR *code* que apresenta a rastreabilidade do café, bem como a sustentabilidade e a qualidade desse produto."

"A qualidade e a sustentabilidade dos nossos cafés são garantidas por terem origem em programas da Cooxupé. É o caso do Prima Qualità Especialíssimo, que vem do programa Especialíssimo, em que a cooperativa e a SMC premiam os cinquenta melhores lotes de cafés especiais sempre da atual safra, e do Prima Qualità Cultivado por Mulheres, produzido por meio do projeto Donas do Café, cujo principal objetivo é destacar a participação feminina na produção de cafés especiais e o quanto essa atuação vem ganhando espaço no mercado", explicou o presidente da Cooxupé, Carlos Augusto Rodrigues de Melo.

SELO COMPROVA ORIGEM ESPECIAL DO CAFÉ

Lançado pela ABIC, o selo para café torrado foi criado por conta da evolução do mercado de cafés especiais, atestando ao consumidor a oferta de um produto de qualidade.



DIVULGAÇÃO COOXUPÉ

"Sempre houve uma confusão na utilização do termo 'especial', que cabia tão somente ao café em grão verde, mas, agora, a ABIC, em parceria a BSCA, lança a certificação para o Selo Especial no café torrado. A BSCA irá validar o grão verde e a ABIC, o produto final, o café torrado, trazendo de forma mais clara o entendimento para o consumidor final", explica Celírio Inácio da Silva, diretor-executivo da ABIC.

Segundo Silva, a certificação indica o comprometimento da empresa em trazer cafés de excelentes qualidades e cultivados com práticas sustentáveis. "A partir do Selo, o consumidor final passa a ter a garantia da aquisição de um produto de qualidade, monitorado e com a preocupação da sustentabilidade", reforça o diretor da ABIC.

Para ser validado como café especial, a marca ou a indústria torrefadora precisa comprovar que o café tem origem sustentável, é avaliado em 80 pontos ou mais, além de apresentar alta doçura, qualidade de acidez, baixo amargor e notas intensas de florais, frutados e baunilha. Os pré-requisitos são válidos tanto para cafés arábica e canéfora, como para *blends* das duas espécies.

Para conceder essa certificação, o início de todo o processo, que envolve a classificação da matéria-prima (café cru), é de responsabilidade da BSCA, parceira da ação. Assim, é ela que dará a validação para que a indústria ou a marca produza o café torrado. Depois disso, o processo é conduzido pela ABIC.

"Todo café selado como especial terá necessariamente as duas avaliações: o café verde por parte da BSCA e o torrado pela ABIC. Nós faremos a conferência da classificação por meio de uma torra-padrão, que será avaliada por três provadores certificados anônimos e que não têm relação com a fazenda ou a indústria produtora. Eles que irão conferir o laudo", detalha o diretor-executivo da BSCA, Vinícius Estrela.

"Para ser validado como café especial, a marca ou a indústria torrefadora precisa comprovar que o café tem origem sustentável, é avaliado em 80 pontos ou mais, além de apresentar alta doçura, qualidade de acidez, baixo amargor e notas intensas de florais, frutados e baunilha."

Ainda de acordo com Estrela, essa iniciativa traz um ganho para toda a cadeia, pois estabelece um padrão de qualidade e competitividade e, também, oferta mais acesso ao mercado. ■


SHUTTERSTOCK

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÓLEOS VEGETAIS: QUATRO DÉCADAS DE SUCESSO

ABIOVE
Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

COMO TUDO COMEÇOU

Fazer do Brasil o maior produtor mundial de um grão exótico – a soja –, originário do nordeste da China, foi uma missão que mobilizou personagens importantes da nossa história ao longo de todo o século XX. Foi preciso investir em pesquisa, repensar a infraestrutura de transportes e apoiar mudanças na legislação brasileira e, até mesmo, na de outros países. Fizeram-se necessárias resiliência e proatividade frente a diferentes planos, governos e condições econômicas geralmente adversas. Empresários do setor foram levados a falar a mesma língua e caminhar juntos numa associação que potencializasse a força do setor para o desenvolvimento do Brasil. Assim surgiu a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE).

PRIMEIROS DESENVOLVIMENTOS

As primeiras sementes desembarcaram no Brasil no século XIX, vindas dos Estados Unidos (EUA). Após algumas tentativas frustradas de cultivo, a soja encontrou condições de solo e clima adequadas no Rio Grande do Sul. Cultivada inicialmente como planta forrageira para alimentação do gado, foi no município de Santa Rosa-RS que se instalaria, em 1941, a primeira indústria brasileira processadora de soja, para ração animal. A produção era limitada e ficou quase exclusivamente restrita ao estado até a década de 1960, quando começou a se expandir. Promissora desde os primórdios, a soja brasileira atingiu, em 1970, o patamar de 20% de participação no mercado mundial. Entre 1970 e 1979, a produção cresceu dez vezes e passou de 1,5 milhão para 15 milhões de toneladas.

Entre 1978 e 1982, o volume aumentou, e a capacidade das indústrias de óleos vegetais foi expandida. A produção de farelo de soja para atender a pecuária, a suinocultura e a avicultura em desenvolvimento, assim como o gradual abandono das gorduras animais, incrementou o consumo de óleos vegetais no mercado interno, favorecendo o crescimento das indústrias produtoras de óleos. Foi nesse momento que o setor obteve os primeiros reconhecimentos como um dos mais importantes no desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil.

O caroço de algodão e o de amendoim foram substituídos pela soja em grão como matéria-prima para a produção de

óleo vegetal. Investimentos na indústria realizados por cooperativas, cerealistas, processadores de carnes e comercializadoras e indústrias internacionais proporcionaram acesso ao mercado consumidor mundial. A expansão da produção mundial de carnes, principalmente na Europa e nos EUA, aumentou a demanda pela proteína de soja. Com cerca de oitenta grupos empresariais, o Brasil passou de importador a exportador de óleo vegetal para uso alimentício.

As pesquisas desenvolvidas por entidades como o então Instituto Agronômico de Campinas (IAC), o Instituto Privado de Fomento à Soja (Instisoja) – criado em 1963, com apoio da Bunge – e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – instituída em 7 de dezembro de 1972, pela Lei n° 5.851 – voltavam-se para o desenvolvimento de sementes adaptadas ao clima tropical para maior expansão das áreas de cultivo. Durante a década de 1970, a atuação da Embrapa ganhou espaço com o apoio às pesquisas para aumento da produção. Nessa época, técnicos e agrônomos foram enviados ao exterior para aperfeiçoamento e se criaram centros de pesquisa por todo o País, conforme as especificidades de cada região.

DÉCADA (QUASE) PERDIDA

Embora o cenário fosse favorável para a produção e a industrialização de soja do ponto de vista político e econômico, a década de 1980 foi um período marcado por turbulências. João Baptista Figueiredo foi nomeado sucessor à Presidência da República e tomou posse perante o Congresso em 15 de março de 1979, com o compromisso de dar continuidade à abertura política lenta e gradual, restaurando a democracia no Brasil, e pela defesa da ação do Estado em setores da economia considerados vitais para a segurança nacional. Para formar a sua equipe, entre outros, foi escolhido o economista Antônio Delfim Netto para o Ministério da Agricultura.

A economia brasileira vinha atravessando, desde o segundo choque do petróleo, uma grave crise provocada pela dívida externa, pelo déficit no balanço de pagamentos com a estagnação do Produto Interno Bruto (PIB) e pelas altíssimas taxas de inflação. Na década de 1980, o País passou a enfrentar instabilidade de preços, redução de crédito para o setor privado, ausência de proteção governamental e elevada transferência de risco para os agricultores. A política governamental de subsídios e preços privilegiou a produção de alimentos (arroz e trigo) para o mercado interno, em detrimento dos produtos de exportação.

Com essa política, os preços relativos dos produtos destinados à exportação (soja, algodão e milho) ficaram de 10% a 30% abaixo dos preços dos alimentos. A produção agrícola efetiva ficou cerca de 10% abaixo do que seria esperado numa situação de livre comércio para todos os produtos analisados (algodão, soja, milho, arroz e trigo). Apenas a soja teve produção efetiva não muito diferente daquela esperada sem a intervenção do Estado.

Apesar das medidas intervencionistas do Governo, a produção de soja não caiu como nos demais setores agrícolas, embora a excessiva cobrança de impostos e a determinação de cotas de exportação tenham gerado divergências de opinião entre as empresas do setor. Para exportar, era necessário cumprir uma determinada cota de produção para abastecimento interno. Além disso, os contingenciamentos na exportação e a administração de preços internos, determinados pelo Ministério da Fazenda, geravam conflitos de interesse entre as processadoras de soja.

"O Rio Grande do Sul pedia que deixasse a exportação aberta, alegando ter produtos à vontade para o mercado interno; São Paulo defendia posição contrária, alegando ser mais importante defender o mercado interno para evitar a falta de produtos como óleo de soja, parte da cesta básica", afirma Fábio Trigueirinho, ex-secretário-geral da ABIOVE.

Para solucionar a questão da exportação, os empresários recorreram ao então diretor da Carteira de Comércio Exterior (CACEX), Benedicto Fonseca Moreira. Diante de tantas divergências, Moreira recomendou a criação de uma entidade patronal que congregasse os interesses das empresas e chegasse a um consenso, um posicionamento único junto ao Governo em defesa das reivindicações do setor. A fragilidade e a defasagem das informações estatísticas dificultavam a tomada de posição em relação a outras decisões do Governo que poderiam prejudicar o desenvolvimento setorial, como a intervenção na política de preços, prática comum adotada até o final do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992).

ASSIM NASCEU A ABIOVE

Em 26 de maio de 1981, empresários ligados à indústria de processamento de grãos reuniram-se no salão de convenções do Hotel Araucária, no Paraná, para, em assembleia, proporem a constituição de uma "associação que congregasse todo o setor". Desse encontro, nasceu a ABIOVE.

O desafio inicial era construir junto do Governo um sistema autorregulado de livre mercado sem intervenções intempestivas e baseado no acompanhamento constante do mercado e das estatísticas setoriais. O compartilhamento das informações proporcionaria totais transparência e segurança aos agentes públicos, contribuindo para fazer frente às intervenções nas exportações do complexo soja. O País havia ganhado credibilidade como fornecedor confiável, e as empresas puderam, então, planejar e executar um programa anual de exportações e projetos de expansão. Com esse propósito, teve início a atuação da ABIOVE.

As demandas do setor urgiam, porém, nem bem havia passado um mês da criação da entidade, uma nova assembleia foi realizada, em 3 de junho de 1981, na cidade de Porto Alegre-RS, presidida por Carlos Goidanich, representante da Sociedade Anônima Moinhos Riograndenses (SAMRIG), para discutir e aprovar os estatutos.

Às empresas fundadoras, somaram-se novas associadas, totalizando 75 companhias. Tratava-se de um aumento significativo em comparação à assembleia de fundação da ABIOVE, o que, de certa forma, atestava a importância da Associação no cenário da industrialização de oleaginosas. Por sugestão dos participantes, no entanto, a pauta principal da assembleia – votação e aprovação dos estatutos sociais – foi adiada para 11 de junho do mesmo ano, quando se realizaria uma nova assembleia, em São Paulo.

Já no início dos trabalhos, naquele 11 de junho, Carlos Goidanich sugeriu que a presidência fosse ocupada por Joseph Sieh, da Minasa Alimentos e Proteínas S/A, empresa produtora de óleo de milho, alegando não se sentir à vontade em presidir uma reunião em São Paulo, no Othon Palace Hotel, por ser representante de uma indústria gaúcha. Na assembleia, foi aprovado o estatuto da Associação e definida, por aclamação, a proposta de Antonio Iafelice, que sugeriu um ano de mandato para presidente, com direito à reeleição por uma vez. Nos demais anos, o ex-presidente poderia ser eleito para o Conselho. O vice-presidente também teria mandato de um ano, porém sem restrição quanto às vezes em que poderia se reeleito.

Para os cargos de presidente e vice-presidente, foram eleitos, respectivamente, Joseph Sieh, representante da Minasa Alimentos e Proteínas S/A, e Teldo Kasper, da Kasper Companhia Ltda. Em seguida, foram escolhidos os membros do Conselho de Administração e os suplentes.

Na mesma assembleia, definiu-se a localização da sede em Brasília. Em 16 de setembro de 1981, presidente, vice-presidente e conselheiros propuseram e aprovaram em ata a constituição de duas agências: uma em São Paulo e outra em Porto Alegre.

Em 1982, contando com equipe técnica, um escritório em Brasília e cerca de 75 empresas associadas – cerca de 80% do setor –, a ABIOVE passou a atuar efetivamente como interlocutora das demandas setoriais, conquistando a confiança do governo brasileiro, contribuindo ativamente na formulação de políticas para o setor e elaborando quadros estatísticos, o que supriu a lacuna existente, de forma a balizar as questões de maior relevância do setor.

GUERRA LÁ, MAIS SOJA AQUI

O momento para a criação da ABIOVE era propício. A produção crescera, mas, a partir de 1982, enfrentaria uma década difícil. O Brasil assumia um maior peso no mercado internacional, uma vez que os EUA, um dos grandes concorrentes na exportação para a Europa – importante consumidora de farelo de soja para a criação de suínos e frangos –, apresentaram problemas na sua produção, por questões internas.

Outro fator que contribuiu para o crescimento da soja brasileira para exportação foi o bloqueio americano à União Soviética (URSS), que, em 1979, invadiu o Afeganistão, sob a liderança do *premier* Leonid Brezhnev. Os soviéticos permaneceriam por dez anos no território afegão. Não contando mais com a soja, o milho e o trigo dos EUA, a URSS voltou-se para o Brasil. Crescia a demanda pelo farelo proteico para o mercado internacional, enquanto diminuía a oferta dos países concorrentes. Esse cenário incentivou a produção de soja, em maior escala, no Rio Grande do Sul e no Paraná e, depois, no bioma Cerrado. Abriram-se novas fronteiras agrícolas na região Centro-Oeste: Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A expansão favorecida pelo preço mais baixo das terras atraiu produtores gaúchos, mas um problema se colocava: as variedades das sementes originárias dos EUA não se adequavam às novas áreas devido à baixa latitude. Precisavam ser adaptadas às condições de exposição à luz da região Centro-Oeste. Não existia soja adaptada aos trópicos. A China e os EUA não cultivavam soja nas regiões com condições semelhantes. Para tentar resolver esse problema, a Embrapa já vinha trabalhando em busca de soluções para tornar férteis as terras do Cerrado, por iniciativa do ministro do Ministério da Agricultura à época, Alysson Paolinelli.

Na primeira metade da década de 1980, houve um processo de consolidação das empresas, decorrente de várias situações. O Brasil inseriu-se mais fortemente no mercado internacional, e as companhias brasileiras passaram a competir com indústrias do mundo inteiro. A Europa era protecionista, os EUA e a Argentina tinham apoio governamental, mas o Brasil não. Além disso, o custo do capital de giro no Brasil era mais elevado do que nesses países. As empresas com um menor volume de operações voltaram-se exclusivamente para o mercado interno ou foram absorvidas por outras.

Martinho Clovis Camelo de Faria, presidente eleito da ABIOVE para a gestão 1982-1983, declarou ao jornal O Estado de S. Paulo: "A eliminação dos estímulos governamentais que beneficiaram o setor na década de 1970 determinaram a discriminação em relação aos competidores internacionais (...) as políticas protecionistas estrangeiras, aliadas ao custo elevado dos insumos e aos incentivos que países como Argentina e EUA estão dedicando às exportações, têm dificultado as relações comerciais do Brasil no mercado externo".

As questões apontadas por Faria marcariam toda a década de 1980: falta de apoio governamental, ausência de incentivo fiscal adequado para fazer frente à concorrência internacional e problemas nas taxas de importação e exportação.

Reeleito para a presidência da ABIOVE em 1983, Faria permaneceria no cargo até 1985, quando seria substituído, em janeiro, por Raul Paulo Costa, representante da empresa ABC - Agropecuária Brasil Central S.A. Durante a gestão

de Faria, a ABIOVE consolidou-se e assumiu um papel de destaque em encontros internacionais. Em 16 e 17 de fevereiro de 1983, na cidade de Phoenix, no Arizona (EUA), em reunião com os dirigentes da então National Soybean Processors Association (NSPA, ou Associação Nacional de Processadores de Soja) – que, posteriormente, se tornou a National Oilseed Processors Association (NOPA, ou Associação Nacional de Processadores de Oleaginosas) –, Faria apresentou uma análise comparativa dos custos industriais em ambos os países, a fim de avaliar a situação de competitividade da indústria brasileira em relação à norte-americana.

A participação da ABIOVE em eventos e reuniões internacionais firmou a posição do Brasil no cenário global e foi ao encontro da necessidade de enfrentamento dos empresários do setor agroindustrial perante a recessão econômica pela qual passava o Brasil, com reflexos negativos sobre a agricultura e as atividades correlatas de fornecimento de insumos, processamento e comercialização. Os melhores resultados em termos de produção e produtividade da lavoura ficaram por conta dos produtos voltados para o mercado externo, principalmente soja e cacau.

O plantio de soja em expansão nas regiões do Cerrado atingiria a marca de 3,6 milhões de toneladas em 1983. Esse avanço, segundo Elmar Wagner, diretor do então Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (CPAC), era resultado das pesquisas que desenvolveram variedades de sementes adaptadas ao bioma: Savana, Cristalina, EMGOPA-301 e Tropical. No mercado interno, os empresários continuavam enfrentando a interferência do governo federal na comercialização de produtos agrícolas para controle artificial da inflação. No mercado externo, essa interferência atrapalhava a exportação, que era feita na forma de cotas e sempre de maneira inoportuna, com meias medidas.

PROJEÇÃO

A partir desse momento, a entidade ganhou ainda mais projeção dentro e fora do Brasil.

No exterior, participando de discussões com agentes da cadeia de outros países e autoridades governamentais estrangeiras, a ABIOVE sempre esteve presente com o intuito de defender a indústria brasileira, a sua imagem e reputação, além de abrir novos mercados para a oleaginosa e os seus coprodutos.

No Brasil, a entidade seguiu atuando para fomentar um ambiente regulatório em conformidade para a competitividade do setor, cooperando com políticas do poder público, desenvolvendo programas de sustentabilidade para a cadeia produtiva e gerando estatísticas e estudos que apoiam estratégias setoriais e seus associados. E não foram poucas mudanças políticas e comerciais estruturais do Brasil que a ABIOVE acompanhou. Entre as principais, podemos



SHUTTERSTOCK

citar a chegada do Plano Real, a Lei Kandir, frequentes mudanças tributárias, todos os desafios logísticos do País, a Moratória da Soja, o Código Florestal, a soja transgênica, os desafios no Cerrado, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares) e a consolidação do biodiesel.

A consolidação e a diversificação do setor deram força para a ABIOVE, que, se no seu nascimento, atuava na industrialização das oleaginosas, ampliou, nesse momento, a sua agenda de trabalho. A entidade continua sendo porta-voz da industrialização das oleaginosas no Brasil, destacando que o País precisa adicionar mais valor à sua produção via crescimento das exportações de farelo proteico, óleo vegetal e proteína animal e mediante a substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis como biodiesel, diesel verde e bioquerosene de aviação. A defesa da indústria sempre será a prioridade.

O setor cresceu muito na logística e assumiu a liderança na busca de corredores e modais para tornar a exportação mais eficiente e remunerar melhor a produção. Sendo assim, a ABIOVE tornou-se, também, porta-voz das exportações de granéis agrícolas nos assuntos de rodovias, ferrovias e hidrovias.

Os temas ESG (*environment, social and governance*), igualmente, transformaram-se em prioridade para as companhias da indústria de oleaginosas. A ABIOVE não ficou para trás e se estruturou para atuar na sustentabilidade ambiental e social, na rastreabilidade e no controle de origem, nos direitos humanos e no mercado de carbono. Nos assuntos ESG, a entidade é reconhecidamente a interlocutora setorial e conversa com todos os atores: produtores rurais, sociedade civil, governos estaduais, federal e estrangeiros e organizações internacionais.

A ABIOVE é promotora e defensora da substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis e prova viva da integração positiva entre alimento e energia, já que, quanto mais biodiesel se produz, mais farelo para alimentação é produzido.

Mas a indústria de oleaginosas não olha somente para a frente na cadeia de suprimento. Os enormes investimentos em logística realizados pelas companhias do setor geraram inúmeros benefícios aos produtores rurais. A nossa indústria traz liquidez e dá a opção ao produtor rural de travar preços e reduzir riscos de mercado na venda da sua safra. Esse modelo de fomento e parceria criado pelas companhias permitiu o milagre da soja brasileira: em menos de vinte anos, a produção do Brasil multiplicou-se por três e o País virou o maior produtor e exportador de soja e farelo de soja do mundo.

A indústria brasileira de oleaginosas trabalha para beneficiar economicamente o produtor rural, pois, sem ele, não haveria indústria. Não somente reconhece a sua importância, como defende mundo afora os produtos que dele são adquiridos.

Hoje, o Brasil é responsável por um terço da produção mundial de soja, sendo considerado, pelo quinto ano consecutivo, o maior produtor e exportador do mundo, com o setor representando mais de metade do superávit da balança comercial do País. A receita total obtida nas exportações do complexo soja brasileiro foi expressiva em 2021, com um recorde histórico, totalizando US$ 46,2 bilhões, 30% superior à receita de 2020, superando as expectativas em meio à crise sanitária de COVID-19.

Desse montante, US$ 37,0 bilhões foram decorrentes das vendas de soja em grão, US$ 8,0 bilhões, das vendas de farelo, e US$ 1,2 bilhão, das vendas de óleo. O volume em toneladas representa 135 milhões de soja exportada, sendo 90 milhões em grão e 45 milhões de soja processada. Dos 90 milhões de soja em grão exportada, a China compra 78%; e, dos 45 milhões de soja processada, 35 milhões são para produção de farelo e 10 milhões para a produção de óleo. Dos 35 milhões de soja processada em farelo, metade é destinada à exportação.

"A União Europeia é responsável pela exportação de 54% do total de farelo de soja processado e, portanto, é o principal cliente, e o mais exigente e criterioso em relação à produção sustentável", afirma o diretor de Sustentabilidade da ABIOVE, Bernardo Pires.

Mensalmente, a ABIOVE faz um levantamento dos volumes de soja operados nas empresas processadoras da oleaginosa. Os dados obtidos permitem a elaboração de quadros estatísticos, que, posteriormente, geram boletins de balanços de oferta e demanda, volumes processados de soja, compras líquidas de soja em grão, consumo doméstico de farelo e óleo e dados sobre exportações, como preços e estoques mensais.

Desde 1989, a Associação divulga anualmente os resultados da Pesquisa de Capacidade Instalada, que apresenta informações valiosas para as empresas associadas, dados sobre a capacidade total de processamento e refino de óleos vegetais no Brasil e sobre o número de plantas ativas e inativas do processamento em todo o território nacional. Com base nessas informações, as empresas conseguem trabalhar melhor suas estratégias no ambiente setorial.

"A ABIOVE possui um sistema de gestão que aprova um conjunto de metas a serem alcançadas e, no decorrer do processo, vai avaliando o resultado delas e corrigindo as rotas de atuação. A Associação está dividida em duas áreas importantes: suporte e resultado direto", explica o presidente-executivo, André Nassar.

Ele destaca a atuação coletiva da entidade. "Uma característica importante da ABIOVE é que os temas colocados como setoriais são trabalhados como setoriais; não são trabalhados de forma individual. Não há empresa associada buscando pleitear no Governo assuntos

do setor, o que acontece em outros setores, nos quais a associação vai e a empresa também", explica. "A ABIOVE está focada no resultado. Não se trata de só interlocução, mas de entregar o resultado que foi planejado. Não é uma associação politizada; sempre o trato é setorial. Não há apoio a parlamentares ou partidos. Não há compromissos com o parlamentar 'a' ou 'b'. O que fazemos é conquistar a confiança de quem é eleito, e a forma como se conduz o trabalho é técnica, pelo convencimento, com base em análises", conclui Nassar.

A seriedade e os métodos da Associação, na avaliação do diretor de Economia e Assuntos Regulatórios, Daniel Furlan Amaral, contribuem para o prestígio internacional. "As estatísticas que a ABIOVE faz são usadas nos Departamentos de Agricultura dos EUA, da Europa e do Brasil. Há uma relação de duas vias importante a ser destacada. A primeira via é a seguinte: estamos falando de empresas de porte gigantesco que depositam uma confiança enorme na Associação. Ao mesmo tempo, temos muita segurança para trabalhar; não há ruídos, não há interferências do passado que possam prejudicar o trabalho", pondera. A ABIOVE e os seus aguerridos associados têm colhido o que foi plantado nas últimas quatro décadas. A seguir, confira em que estágio estão os principais programas e iniciativas.

ABIOVE: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS QUARENTA ANOS

A expansão e o desenvolvimento do agronegócio no período de existência da ABIOVE impressionam analistas e estudiosos do tema.

A cadeia produtiva de soja no Brasil respondeu aos anseios dos consumidores e se destaca por práticas de sustentabilidade que embutem serviços ambientais e agregam valor aos produtos. O setor desenvolveu diversas iniciativas de melhoria contínua da sustentabilidade da produção, em parceria com produtores rurais, sociedade civil e clientes. A tecnologia tem sido uma aliada importante para produzir mais com menos recursos naturais. As regiões produtoras de soja apresentam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais elevado do que a média nacional, indicando que a cultura traz benefícios sociais.

"A entidade tem muito respeito tanto dos governos estaduais, quanto do federal, e nunca abusou da sua força em temas que não fossem de consenso para a maioria da população e de interesse da própria entidade", considera Blairo Maggi, presidente do Conselho da ABIOVE.

Credibilidade sempre foi o maior valor da Associação, na opinião de André Roth, *head* de Grãos e Oleaginosas da Louis Dreyfus Company (LDC) e ex-conselheiro da ABIOVE. "A ABIOVE representa empresas gigantes, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, que sempre prezaram pela sustentabilidade, pelo crescimento do agronegócio, e não só da indústria processadora de soja", destaca. "Sempre esteve presente em pautas não específicas. Quando o Brasil discutiu a questão do frete mínimo para o transportador, a ABIOVE teve um papel fundamental e participou de várias reuniões com todos os setores para explicar as vantagens e as desvantagens de forma clara", acrescenta Roth.

Para ele, a ABIOVE ocupa um papel central no desenvolvimento do agronegócio brasileiro. "Em termos de produção, tecnologia, rendimentos e produtividade agrícola, o País é, hoje, espetacular, e isso aconteceu em trinta anos, e não em duzentos. Em Mato Grosso, há cidades de trinta anos, fundadas recentemente. A ABIOVE faz parte dessa história, dessa transformação do agro, e contribuiu muito para esse sucesso na logística, na comercialização, na sustentabilidade e na discussão da pauta tributária", pontua Roth.

Em 10 de fevereiro de 2022, Blairo Maggi e Paulo Sousa (da Cargill) foram reeleitos para o biênio 2022-2023, respectivamente, para presidência e vice-presidência do Conselho da ABIOVE, que conta, em sua composição, com representantes de sete empresas associadas à entidade – ADM, Amaggi, Bunge, Cargill, CJ Selecta, Cofco e LDC. Por ocasião da eleição, foram mantidas e aprovadas as prioridades defendidas pela Associação desde sempre: logística (rodoviária, ferroviária e hidroviária), desmatamento na cadeia de soja, biodiesel, tributação, riscos associados à originação e logística reversa.

"O papel social das empresas e da ABIOVE para o meio rural é algo sem precedentes no Brasil, pois elas foram pioneiras entre os agricultores. Em muitos lugares, essas companhias chegaram antes dos produtores, instalando suas unidades de recebimento como forma de dizer 'Estamos aqui. Se você plantar, eu compro'", afirma o presidente reeleito da ABIOVE, Blairo Maggi. "Há muitos lugares que você só conhece por causa da Bunge, da Amaggi, ou seja, viraram referência e fizeram a diferença", acrescenta.

O vice-presidente Paulo Sousa enxerga na ABIOVE a função de solucionadora dos problemas do agronegócio, em especial do complexo soja. "Quando surgem temas, desafios, de forma legal ou institucional, tributária, logística – ou seja, em qualquer setor que inclua a indústria brasileira de processamento de soja –, lá está a Associação. Todos têm interesse em juntar conhecimento e recursos para resolver os problemas que afligem a todos da mesma maneira. A ABIOVE é a entidade que nos representa", conclui.

AVALIAÇÃO DO CENÁRIO ATUAL

A Associação ampliou a presença em Brasília motivada por dois temas centrais: questões tributárias e biodiesel. Em 2017, foi montado um escritório

em Brasília para dar suporte de infraestrutura à equipe. Diferentemente de anos anteriores, quando, por duas ocasiões, a opção foi transferir o escritório de São Paulo para Brasília, a decisão foi manter equipes em ambas as cidades. A equipe em Brasília cresceu com a chegada de um profissional de relações governamentais. Atualmente, além da equipe baseada em Brasília, membros da equipe de São Paulo vão semanalmente à capital federal. Tais decisões mostraram-se corretas e trouxeram resultados. Tratou-se de uma decisão para estar presente a todo momento, acompanhando o tempo todo, pois as coisas acontecem lá.

A ABIOVE ganhou mais exposição pública, consolidando-se como uma fonte de informação de qualidade. A entidade é reconhecida por defender os interesses da indústria de óleos vegetais e de biodiesel, mas também por apoiar debates visando ao aumento da competitividade da economia e do agronegócio brasileiro como um todo. O grande envolvimento da Associação em temas de logística e infraestrutura demonstra essa atuação abrangente.

A entidade tem um sistema de trabalho baseado na definição de metas e resultados tanto no nível do Conselho Diretor, quanto das comissões de trabalho com diretores e gerentes participando das reuniões do Conselho. O resultado concreto é que os conselheiros recebem informações mais completas e detalhadas sobre os temas discutidos.

Houve adesão de mais empresas à ABIOVE. Embora o Conselho Diretor não tenha fixado como prioridade a ampliação do quadro associativo, os bons resultados da Associação foram traduzidos em novas associadas: atualmente, são dezenove.

Quanto às instâncias decisórias, a ABIOVE tem um sistema decisório do qual todas as associadas participam, e, ao mesmo tempo, uma instância decisória central atua de forma ágil. O Conselho Diretor é composto de sete associadas e é a instância decisória máxima para projetos e ações executados pela Associação. No entanto, as propostas e o desenho dos projetos e das ações são desenvolvidos nas comissões de trabalho, num sistema de decisão de baixo para cima.

As comissões de Sustentabilidade, Comunicação, Jurídica, Logística, Classificação de Grãos, Qualidade de Óleos, Biodiesel, Originação, Tributária e Combate a Fraudes são formalizadas e têm estrutura própria, com presidente e vice-presidente eleitos pelos membros e uma pessoa do estafe da ABIOVE como coordenador.

Em 2020, a Associação fez um importante movimento para aprimorar a sua governança interna aprovando o seu Código de Conduta, alinhado às mais modernas práticas de *compliance* das suas associadas. ■

DESAFIOS FUTUROS

- Resolver o lado regulatório da logística, de forma a aumentar os direitos dos usuários.
- Diminuir o risco da aquisição de soja: a ABIOVE vem atuando com empresas especializadas para encontrar soluções na avaliação e na diminuição de riscos das associadas na aquisição de soja e outras oleaginosas. O fomento do produtor rural, por meio de compra antecipada, fixação de preços, financiamento, insumos, logística e corpo técnico para avaliação de riscos, tem sido um sucesso, haja vista o grande crescimento da produção de soja. As associadas da ABIOVE dão liquidez ao produtor por meio de fomento, fazendo com que ambos os elos da cadeia cresçam com riscos mitigados.
- Incrementar a demanda de óleo vegetal para uso como combustível renovável: além do biodiesel, o óleo vegetal é matéria-prima de outros biocombustíveis – como o diesel verde –, que ainda não têm mercado desenvolvido no Brasil. Em relação ao biodiesel, o grande objetivo da ABIOVE é aumentar o mandato de mistura no diesel fóssil.
- Viabilizar novos mercados internacionais para o farelo de soja: um importante resultado alcançado em 2022 foi um acordo fitossanitário entre o governo brasileiro e o governo chinês para habilitação de plantas de processamento de soja e exportação de farelo de soja para a China.
- Melhorar ainda mais a imagem do setor nos aspectos de sustentabilidade e ESG (sigla em inglês para governança ambiental, social e corporativa): a ABIOVE faz o mais completo mapeamento da soja no Brasil, avaliando a expansão da lavoura em áreas abertas e em áreas com conversão de ecossistemas naturais. A Associação trabalha para dar transparência ao mercado e à sociedade civil e buscar soluções que eliminem o desmatamento da cadeia de soja sem impedir o crescimento da lavoura e sem prejudicar a liberdade de decisão do produtor rural. Assim, a entidade trabalha para conectar o produtor rural com as empresas globais de alimentos para que cada elo conheça a realidade e as exigências de seus clientes e consumidores.
- Aprimorar o programa de logística reversa, uma área que veio por obrigação legal: as empresas associadas já atuam por meio de iniciativas próprias com esse propósito, e existem áreas de suporte para gerar credibilidade e informações públicas.

PRODUZIR

O SALDO DA COP PARA A AGROPECUÁRIA DO BRASIL

SÉRGIO BORTOLOZZO
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



A CADA ano, a proximidade da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP/UNFCCC, nas siglas em inglês) gera grandes expectativas e, também, enormes frustrações. Nessa COP 28, realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, no final de 2023, não foi diferente. Mas é possível dizer que os maiores especialistas nos temas de meio ambiente e agropecuária sustentável conseguiram ver algumas luzes no fim do túnel.

A principal dessas luzes foi a promessa de que, finalmente, esforços que vêm sendo feitos para reduzir emissões nas diferentes cadeias – inclusive na produção de alimentos – poderão ser mensurados e, quem sabe, reconhecidos de alguma forma lá na frente. Estamos falando do chamado Global Stocktake, que existe desde o Acordo de Paris, mas que, agora, ao contemplar os sistemas alimentares, tem a possibilidade de beneficiar o Brasil.

Além disso, o texto resultante da COP 28 mencionou o *gap* financeiro, ou seja, a necessidade de aplicação de recursos para apoiar a transição para uma economia de baixo carbono – o que inclui o agro. É claro que, como em outras vezes, ninguém se arrisca a dizer como o investimento chegará aos produtores, em que prazo e quais as condições de viabilidade de cada meta estabelecida para reduzir as atuais emissões da agricultura (ainda estimadas em pelo menos 30%) globalmente.

O diretor da Agroicone, Rodrigo Lima, que circulou nos bastidores da COP 28 e acompanha de perto o tema, afirmou, em um artigo recente, que o grande destaque da Conferência foi mobilizar US$ 83 bilhões em fundos de investimento voltados a temas como pecuária de baixo carbono, transição energética, segurança alimentar e proteção de florestas. Isso nos dá esperança, sem dúvida. De qualquer forma, a agropecuária do Brasil segue na expectativa, fazendo a sua lição de casa sempre que possível, mas ainda esperando "ver para crer" quando se trata dos anúncios de cifras que até hoje não são percebidos como realidade pelo produtor rural.

Em paralelo a isso, não podemos esquecer de destacar algo que sempre nos choca e nos entristece: a pouca ou nenhuma disposição de países grandes produtores e consumidores de petróleo em se comprometerem com um futuro sem combustíveis fósseis. É um paradigma inexplicável, afinal sabemos que esse tipo de energia responde por 70% das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE).

Nesse tema, saímos novamente com uma faísca de esperança, pois, pela primeira vez, os países concordaram em colocar no texto final da COP uma menção ao necessário processo de redução das emissões de combustíveis fósseis. Porém, sabemos que, para isso, esses países precisariam apressar-se em buscar alternativas tão rentáveis quanto o petróleo para seguir desenvolvendo suas economias. Trata-se de um desafio e tanto, começando pelo Brasil, que também dividiu opiniões, recentemente, ao aceitar integrar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

De qualquer forma, devemos nos empenhar para ser mais otimistas do que pessimistas. Vem aí, em 2025, uma COP "brasileira", que será realizada em Belém, no Pará. Até lá, precisamos esforçar-nos em seguir avançando em práticas sustentáveis e gerar dados que comprovem a contribuição da agropecuária brasileira como solução, e não como problema, na questão das mudanças climáticas. As sementes foram lançadas, e esperamos, na COP 30, uma farta colheita. ■

Ainda que a COP 28 tenha resultado em um aporte de US$ 83 bilhões voltados a temas caros para a agricultura sustentável, o agro do Brasil mantém-se cauteloso quanto a anúncios de cifras que até hoje não se verificam na realidade do produtor rural.



OPINIÃO

O AGRO PAULISTA NA COP 28

GUILHERME PIAI FILIZZOLA
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

NO FINAL do ano passado, estivemos na 28ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 28/UNFCCC), ocorrida em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, com a comitiva do governo de São Paulo.

A nossa participação teve um objetivo prioritário: demonstrar às comunidades internacionais a grandeza da nossa agropecuária e o seu compromisso com as necessidades urgentes de redução das emissões de gases do efeito estufa.

Com esse foco, a nossa passagem por Dubai teve como pauta os caminhos para uma célere transição energética, o avanço na rastreabilidade bovina, a regulamentação do mercado de crédito de carbono, a certificação de produtos e diversas outras frentes que estão na vanguarda do agronegócio.

Discutimos a ampliação da produção de biometano com investidores nacionais e internacionais, com o objetivo de valorizar o potencial paulista de capitanear a transição energética brasileira. Também esteve em pauta a aproximação entre o Brasil e a Suécia, país europeu que é um grande apoiador de projetos de biometano em São Paulo.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento apresentou um painel, em parceria com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), com o objetivo de captar investimentos para a transição energética junto a um banco asiático de infraestrutura.

Voltamos para casa com a sensação de dever cumprido, de que mostramos o agro de São Paulo para o mundo. Temos um agro tecnificado, que preserva e é sustentável.

É um orgulho para nós termos participado da Conferência. Chegamos com muitas novidades para dar andamento, com o objetivo de melhorar a vida do produtor paulista e a qualidade do nosso setor. ■

São Paulo foi destaque no maior evento sobre clima do mundo, dialogando com governos e entidades em busca de investimentos, a fim de valorizar o potencial paulista de capitanear a transição energética nacional.

REFLEXÃO

IDEOLOGIA

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



A punição que os bons sofrem,
quando se recusam a agir,
é viver sob o governo dos maus.
Platão

A AMÉRICA Latina, com honrosas exceções, vem sofrendo com a falta de visão dos seus governos a respeito do agronegócio. É visível a arbitrariedade governamental de taxar exportações ou rotular o setor de forma pejorativa, agindo como se desse um tiro no pé.

As cadeias produtivas do agro que se indignam com isso buscam respostas no diálogo com governantes, mas, na maioria dos casos, sem obterem respostas claras. No caso brasileiro ou no argentino, por exemplo, isso acontece com frequência sob a ideologia da esquerda.

Dizia Platão que "não há nada de errado com aqueles que não gostam de política, simplesmente serão governados por aqueles que gostam". Dizem os analistas de política que o momento vivido é o dos ataques pessoais, e não o das ideias. Diz o acadêmico que a ideologia atravessa todos, individualmente e em toda a civilização, nas instituições que a reproduzem e no aparelhamento do governo de plantão.

Definida em 1801 como o estudo científico das ideias (segundo Antoine Destutt de Tracy), a ideologia passou a reaparecer posteriormente nos estudos dos filósofos e dos pensadores que fundaram a Sociologia. Muitos comentários vieram depois, mas deve-se salientar Marx, que pontuou que "ideias são produtos da dominação de uma classe social (burguesia) sobre outra (proletariado)".

O mundo tem girado entre "esquerda e direita" e gerado conflitos e dificuldades de gestão aos governantes há muito tempo. Após um período de globalização e de uma social-democracia forte, a ideologia volta aos extremos dos lados, com diferentes graus de "interação". Recentemente no Brasil, foi-se da direita à esquerda, e outros países, como a Argentina, fizeram o oposto. Isso tem trazido radicalizações e enormes dificuldades para a governança, travando o desenvolvimento desses países latino-americanos.

Entre os setores produtivos eleitos pela esquerda, o agro vem nitidamente sendo muito pressionado negativamente com narrativas *fake* dentro do Brasil. Já externamente, o casamento entre o populismo e o protecionismo nos países ricos também tem levado a narrativas absurdas e descasadas do que explica a Ciência.

A produtividade total dos fatores (PTF) no agro brasileiro cresce acima de 3% ao ano, enquanto no mundo cresce 1% ao ano! Produzindo algumas vezes na mesma área e no mesmo ano, a pegada de carbono do nosso agro é muito menor do que a dos países do hemisfério Norte. Isso é fato, e não *fake* ou narrativa interessada.

O fato é que é preciso unir o agro no discurso e nas narrativas para se efetivarem as corretas ações e a busca do desenvolvimento do País com base em um massivo, estruturado e coordenado movimento. É fundamental que as associações se coordenem e busquem o fortalecimento desse formidável gerador de positiva balança comercial ao Brasil. ■

"Produzindo algumas vezes na mesma área e no mesmo ano, a pegada de carbono do nosso agro é muito menor do que a dos países do hemisfério Norte. Isso é fato, e não *fake* ou narrativa interessada."

fgv.br/mba

MBA EXECUTIVO EM ECONOMIA E GESTÃO:
AGRONEGÓCIO

FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA LIDERAR POTÊNCIAS ECONÔMICAS

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa de profissionais completos, atualizados às ferramentas de gestão e, principalmente, preparados para soluções práticas, inovadoras e ousadas.

CONHEÇA O CURSO.
NAS MODALIDADES
PRESENCIAL E LIVE.

INSCREVA-SE



MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.



30 ANOS DE DEDICAÇÃO AO AGRO BRASILEIRO

Se o agronegócio brasileiro hoje alcançou um patamar de protagonismo global, esse resultado se deve ao trabalho realizado por todas as pessoas que vivem do agro, com o agro e para o agro.

A ABAG continuará em sua missão de defender as demandas do nosso setor, auxiliando em seu desenvolvimento sustentável, estimulando a criação de novas tecnologias, fomentando novas parcerias, sendo o interlocutor entre os diversos stakeholders, elaborando propostas e projetos para que o agro se mantenha competitivo e sustentável.

abag
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

30 ANOS
PELO DESENVOLVIMENTO DO AGRO